

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

Rebeca Trece de Almeida

OBSERVANDO O OBSERVATÓRIO:

um estudo sobre a crítica de mídia como informação na TV

**Juiz de Fora
Julho de 2014**

Rebeca Trece de Almeida

OBSERVANDO O OBSERVATÓRIO:

um estudo sobre a crítica de mídia como informação na TV

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador(a): Profa. Dra. Iluska Coutinho

Juiz de Fora
Julho de 2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas bênçãos da saúde e da inteligência, necessárias para que eu pudesse adquirir todo este aprendizado.

Aos meus pais, Magda e Fernando, minha preciosidade, responsáveis por me proporcionar a conquista da mais valiosa herança: a educação.

Ao meu marido, Jefferson, por trilhar comigo esta jornada, desde o princípio, com paciência, companheirismo e amor.

Aos meus familiares, base moral e razão da minha existência, que sempre me acompanham e torcem por cada uma de minhas vitórias.

Aos velhos e novos amigos, que fazem parte desta história por acreditarem no meu potencial.

E aos mestres, inesquecíveis pela sabedoria e pela capacidade de fazer com que eu me apaixonasse pela profissão que escolhi.

RESUMO

O presente trabalho estuda a alternância do processo comunicacional de produção e recepção partindo do pressuposto da narrativa de crítica à mídia como informação produzida pela sociedade. Para isso, utilizamos como objeto empírico três edições da versão televisiva do Observatório da Imprensa (OI) no intuito de verificarmos o espaço destinado ao exercício da opinião e da reflexão neste programa e a forma este discurso social analítico-interpretativo se constroi na TV.

Palavras-chave: Observatório. Crítica. Opinião. Mídia. Televisão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 A CRÍTICA COMO INTERAÇÃO SOCIAL-MIDIÁTICA.....	10
2.1 O CONTEXTO DOS OBSERVATÓRIOS COMO OBJETO DE ESTUDO.....	12
2.2 OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: DISPOSITIVO DE RESPOSTA.....	16
3 A TV E O EXERCÍCIO DA NARRATIVA REFLEXIVA.....	23
3.1 JORNALISMO OPINATIVO: PRESENÇA E CONSTRUÇÃO NA TEVÊ.....	25
3.2 O DEBATE COMO PRODUTO TELEVISIVO DE INFORMAÇÃO.....	34
4 OBSERVANDO O OI: PERFIL E CONTEÚDO.....	39
4.1 O ESPAÇO DA OPINIÃO NOS PROGRAMAS DO OBSERVATÓRIO.....	41
4.2 O LUGAR DE FALA: ESTRUTURA E REFLEXÕES.....	46
4.2.1 Marco Civil da Internet.....	52
4.2.2 A mídia e as manifestações.....	55
4.2.3. A mídia e o Mensalão.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

A palavra é de origem latina – *media*, plural de *medium*, meio –, mas o significado construiu-se diante da expressão americana *mass media*. A ferramenta intermediária entre sociedade e realidade designa-se, pois, como o conjunto dos meios de comunicação de massa. O Jornalismo tal como o entendemos na contemporaneidade surge como produto desta mídia, motivado pela ideia genuína de democratização da informação. O que se tem, entretanto, é a narração/construção de fatos em um processo estruturado segundo as leis de mercado que fundamentam o sistema capitalista onde estes se inserem e são registrados.

Comunidades acadêmicas e algumas (ainda minoritárias) iniciativas compostas, por vezes, pelos próprios profissionais de mídia, caminham na busca pelo aperfeiçoamento das produções jornalísticas e pela consolidação da promessa original do Jornalismo capaz de atuar como elemento de conscientização. O presente trabalho tem por objetivo ser mais um passo nessa empreitada ao observar se e como mídia e sociedade se organizam para analisar, refletir, contestar e exigir qualidade do conteúdo jornalístico que é emitido e consumido no Brasil.

Além disso, nos propomos a estudar a hipótese de inversão de papéis e alternância do processo comunicacional de produção e recepção ao enxergarmos a narrativa de crítica à mídia como informação produzida pela sociedade, observando de que forma este discurso social analítico-interpretativo se constroi dentro da própria *mass media*, especificamente da televisão. Mesmo que a internet venha se constituindo como espaço relevante, a TV ainda se mantém como o meio de maior abrangência e presença nacional.

Desse modo, optamos por utilizar como objeto de estudo a versão televisiva do Observatório da Imprensa (OI). O projeto de constituição de um monitor do Jornalismo, enraizado pelas redes da *web* desde 1996, foi apontado por José Luiz Braga (2006) como um mecanismo de interação social-midiática. Para o autor, ao acompanhar a atuação dos meios, pontuar erros e discutir possíveis ajustes sobre a atual produção jornalística, o OI ultrapassa os limites da recepção e produz legítimo diálogo sobre o conteúdo produzido, constituindo-se, portanto, como efetivo agente fiscalizador.

Para as reflexões teóricas, que oferecem suporte à análise, partimos do pressuposto da crítica como instrumento de resposta aos equívocos frequentemente notados no Jornalismo contemporâneo. Esta conjectura inicial deu-se a partir do estudo em que o mesmo autor apresenta os observatórios de mídia e de imprensa com dispositivos sociais de interpretação das particularidades dos processos de construção da notícia visando estimular a formação do

senso crítico no público consumidor de informação e promover o aperfeiçoamento dos produtos jornalísticos oferecidos.

No intuito de justificar nossa pesquisa, expomos, também no segundo capítulo, o contexto em que estes observatórios se inserem como *corpus* empírico. Por meio de um levantamento quali-quantitativo nos anais de duas tradicionais organizações acadêmicas do campo da Comunicação no Brasil, conseguimos mapear as investigações apresentadas nos últimos três anos dos congressos nacionais realizados pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom) e pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

No terceiro capítulo, tendo como base José Marques de Melo (2010), tratamos sobre a bagagem histórica e representativa da TV para a consolidação do conceito de *mass media* no país e das produções midiáticas nacionais. A partir de José Carlos Aronchi de Souza (2004) e Guilherme Jorge de Rezende (2000) abordou-se o jornalismo televisivo e o espaço nele ocupado pelo gênero opinativo (e reflexivo). Tais considerações foram associadas à pesquisa anteriormente desenvolvida a respeito da experiência do telejornal SBT Brasil.

As ponderações acerca dos dispositivos sociais de crítica midiática e da presença do discurso analítico-interpretativo na tevê integraram-se, efetivamente, no quarto e último capítulo, quando apresentamos os resultados da análise qualitativa do Observatório da Imprensa. O material empírico foi selecionado a partir de um levantamento inicial dos programas exibidos entre novembro de 2013 e abril de 2014, período correspondente aos seis meses anteriores ao princípio deste trabalho.

Dentre as 20 edições contabilizadas, três foram selecionadas como recorte por indicarem, através de suas temáticas, potencial discussão sobre a cobertura midiática de fatos relevantes: o Marco Civil da Internet, as manifestações populares e a condenação dos réus no processo do Mensalão, transmitidas em 08 de abril, 12 de março e 27 de novembro de 2013, respectivamente. Ao todo, 2 horas 35 minutos e 50 segundos de programa foram assistidas pelo site, onde são disponibilizadas as edições veiculadas na íntegra.

Para que pudéssemos desenvolver este estudo, observamos como opinião e debates se constroem e qual o lugar de fala do público e dos convidados. Nessa etapa, avaliamos aspectos da estruturação do OI como os enquadramentos de câmera de Alberto Dines e dos participantes, os recursos audiovisuais utilizados para compor a narrativa opinativa e reflexiva, bem como a organização e o conteúdo das discussões estabelecidas, com o intuito de corroborar a hipótese da crítica dos observatórios de mídia como informação televisiva aprofundada.

2 A CRÍTICA COMO INTERAÇÃO SOCIAL-MIDIÁTICA

Estudar o Jornalismo e os meios de comunicação pelos quais ele é produzido faz parte de um processo crítico-reflexivo que visa discutir alternativas aos corriqueiros desvios deontológicos¹ observados nas produções jornalísticas atuais. Ao analisá-las, portanto, a sociedade acadêmica busca entender fatores de influência na construção das notícias, pontuar falhas e apresentar possíveis soluções para que o Jornalismo opere como instrumento efetivamente democrático para a construção da cidadania.

Assumindo essa postura, podemos pensar que a academia torna-se potencial ferramenta para a constituição da crítica. Para Braga (2006), através de um enfrentamento tensional que dinamiza mudanças, pelo controle de equívocos e apontamentos para um aperfeiçoamento qualitativo, as críticas acadêmicas e jornalísticas envolvem, genuinamente, “um esforço analítico-interpretativo que ilumina o produto midiático em determinados ângulos de sua constituição” (BRAGA, 2006, p.46) com o objetivo de ampliar o esclarecimento e a percepção.

Nessa perspectiva, segundo o autor, “dispositivos sociais” – como os observatórios de mídia e de imprensa –, participam efetivamente dos processos críticos ao exercerem critérios expressos e implícitos na observação ou ao analisarem características e especificidades dos produtos e processos midiáticos postos em circulação. A atuação também acontece quando “lançam vetores interpretativos e/ou de ação” para estimularem, nos usuários, suas próprias competências críticas de seleção e interpretação de informações, enquanto os produtores são incitados a remodelarem e qualificarem seus produtos e processos.

Em um primeiro momento, visando compreender o campo de estudo sobre os observatórios como possibilidade de prática do Jornalismo, desenvolvemos uma pesquisa exploratória para identificar se estes se constituíam em objeto de investigação reconhecido pela área. Os procedimentos metodológicos envolveram um diagnóstico empírico, realizado a partir de levantamento quali-quantitativo que tomou como *corpus* os anais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), escolhidas pela tradição e abrangência.

¹ A deontologia é um conjunto de princípios que regulamentam o exercício de uma profissão. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros determina, por exemplo, que é direito fundamental do cidadão o acesso à informação “precisa” e “correta”, independentemente da linha política dos proprietários dos meios de comunicação para os quais trabalham ou da natureza econômica de suas empresas. É também responsabilidade do jornalista pautar-se pela veracidade dos fatos, ter por finalidade o interesse público e não divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br>. Acesso em 28/05/14.

Desde 1977, a Intercom² estimula e divulga a produção científica de doutores, mestres, alunos e recém-graduados em Comunicação, promovendo a troca de conhecimento entre pesquisadores, atuais e futuros profissionais do mercado, e fomentando o compartilhamento de pesquisas e informações de forma interdisciplinar. A associação é responsável, ainda, pelo lançamento de livros e revistas, e organiza, há 37 anos, o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Realizado no segundo semestre e precedido de cinco edições regionais, o evento tem sua cidade-sede escolhida por votação entre sócios da Intercom no ano anterior à realização e, a partir de uma temática central, promove discussões sobre Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade, Rádio, Televisão e Cinema, bem como sobre Políticas Públicas de Comunicação e Produção Editorial e de Conteúdo para Mídias Digitais. O Congresso reúne, anualmente, cerca de 3.500 pessoas, entre pesquisadores e estudantes brasileiros e estrangeiros. Deste total, mais da metade dos participantes são graduandos e, por isso, dois espaços foram criados para que os jovens despertassem o interesse pela pesquisa e divulgassem suas produções.

O Intercom Júnior recebe projetos de iniciação científica, trabalhos de campo e oficinas experimentais, proporcionando uma oportunidade para que o aluno possa apresentá-los à sociedade acadêmica de acordo com as oito divisões temáticas (DTs) em que se enquadram: Jornalismo; Publicidade e Propaganda; Relações Públicas e Comunicação Organizacional; Cinema e Audiovisual; Rádio, TV e Internet; Interfaces Comunicacionais; Comunicação, Espaço e Cidadania; e Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Já a Expocom – Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação – premia os melhores trabalhos em diferentes modalidades, produzidos por alunos de graduação de Cinema e Audiovisual; Jornalismo; Publicidade e Propaganda; Relações Públicas; Produção Editorial e Produção Transdisciplinar em Comunicação. Para concorrer aos prêmios nacionais é preciso, no entanto, que os trabalhos sejam aprovados em etapas locais e regionais. Os troféus simbolizam o reconhecimento à pesquisa e incentivam os estudantes a dar continuidade às investigações acadêmicas.

Há 11 anos, por sua vez, a SBPJor³ busca agregar estudiosos do Jornalismo, atuando em conjunto com outras associações científicas, como a Intercom, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, a Federação Nacional de Jornalistas, a *International Communication Association*, a *International Association for Mass Communication Research*, a *Sociedad*

² Disponível em: www.portalintercom.org.br. Acesso em 28/05/2014.

³ Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour>. Acesso em 28/05/2014.

Ibero-americana de Periodistas en Internet e a Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC). O objetivo da instituição é estimular a articulação de uma rede nacional de pesquisadores no intuito de se constituir como um setor para apresentação de trabalhos e desenvolvimento de pesquisas específicas sobre o Jornalismo.

Após a realização dos eventos, ambas as instituições disponibilizam os trabalhos apresentados para visualização e download em plataformas *open source* integradas aos seus respectivos sites. A SBPJor, no entanto, utiliza-se deste sistema eletrônico há apenas dois anos, quando os artigos deixaram de ser entregues, em CD, somente aos participantes. Dessa forma, os anais tornam-se espaços de difusão ampla e gratuita do conhecimento, estendendo as investigações e discussões para além dos encontros presenciais, visando o fortalecimento e a profissionalização do campo da pesquisa.

2.1 O CONTEXTO DOS OBSERVATÓRIOS COMO OBJETO DE ESTUDO

Para a pesquisa exploratória, estabelecemos como recorte os últimos três anos de publicações disponíveis nas plataformas online dos anais. Na Intercom, o período compreendido foi de 2011 a 2013 e na SBPJor, de 2010 a 2012. Acreditamos que este recorte proporcionou uma ampla margem de trabalhos, suficiente para o desenvolvimento desta análise. O XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado pela Intercom na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em 2011, contou com 1.497 artigos aprovados, enquanto no XXXV, organizado na Universidade de Fortaleza (Unifor), em 2012, 1.427 *papers* foram aceitos. Não encontramos, porém, o número de trabalhos referente ao XXXVI Congresso, realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 2013.

No 8º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado pela SBPJor na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 2010, 150 trabalhos foram apresentados. Na 9ª edição, sediada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2011, quando pela primeira vez foi organizado o Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJor)⁴ – com 56 artigos inscritos e 42 aprovados –, 199 trabalhos foram aceitos. Já no 10º Encontro, realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, em 2012, mais de 300 pesquisas foram expostas.

⁴ O encontro é destinado aos estudantes de graduação e recém-graduados de diversos cursos que tenham desenvolvido pesquisas sobre Jornalismo ou que desejam apresentar suas monografias. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/9encontro>. Acesso em 28/05/14.

Para o levantamento diagnóstico realizado nesse estudo, os textos foram selecionados a partir de três palavras-chaves escolhidas conforme nossa temática central: “observatório” e “crítica” possuem ligação direta com nossa pesquisa, já que buscamos por trabalhos que têm os observatórios de mídia como elemento de estudo e aqueles que possivelmente os apontam como ferramentas sociais de crítica. Já em relação a estudos que abordassem a narrativa do gênero opinativo característica desses instrumentos de observação, utilizamos a palavra-chave “opinião” no intuito de verificarmos, ainda, se há trabalhos que pudessem tratar da perspectiva de monitoramento como formadores e/ou influenciadores da opinião pública.

Ao todo, 111 trabalhos foram contabilizados. Desse total, 97 artigos –87,39% – foram encontrados nas bases de dados da Intercom, enquanto 14 publicações – 12,61% – foram localizadas nas da SBPJor. A imagem (Gráfico 1) a seguir mostra a distribuição e o total segundo cada palavra-chave.

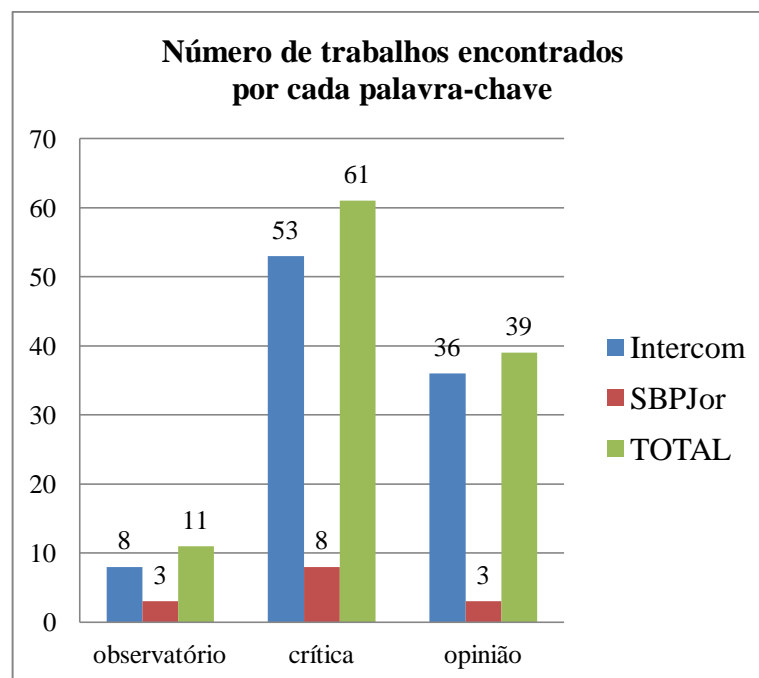


Gráfico 1

Ao utilizarmos a primeira palavra-chave, buscamos por trabalhos diretamente relacionados ao estudo de plataformas de observação de mídia e de imprensa, bem como suas funções e iniciativas frente à sociedade. Pelos dados apresentados no gráfico anterior podemos constatar que essa proposta não tem sido estudada de forma expressiva, apresentando significativa diferença se comparada às outras duas.

Nesse contexto, apenas dois deixam textos deixam explícito, no título e no resumo, o objeto com o qual trabalharão e que também nos interessa: o Observatório da Imprensa (OI),

as mudanças, os conteúdos e os posicionamentos discursivos do site⁵. Quatro dos 11 artigos totais não apontam um elemento único, mas sugerem a discussão sobre a relevância dos portais de monitoramento dentro do processo comunicacional e na construção da cidadania.

Um dos trabalhos, por sua vez, descreve as experiências de um observatório de mídia específico desenvolvido pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e dois não seguem qualquer indício da linha sugerida. Se pensarmos na academia como potencial instrumento de crítica, é interessante pontuar que duas publicações não têm observatórios como itens de estudo, mas assumem a mesma função analítico-interpretativa dos fiscalizadores da imprensa ao avaliarem a cobertura de midiática de dois fatos (um nacional e outro regional).

Ao utilizarmos a palavra “crítica” esperamos localizar trabalhos pautados em algum tipo de observatório, seu posicionamento crítico-reflexivo e seu discurso interpretativo-opinativo. Não encontramos, porém, nenhum artigo com essa proposta. A maior parte se ateu a uma análise crítica⁶ de produtos cinematográficos e literários, por exemplo. É interessante ressaltar, no entanto, que dos 61 artigos relacionados, nove atuam como observatórios de mídia quando analisam a abordagem de um ou mais produtos jornalísticos frente a acontecimentos sociais e políticos.

Os *papers* listados pela palavra-chave “opinião” também não apresentam qualquer ligação com portais de monitoramento de mídia e tratam, em sua grande maioria, de jornalismo opinativo e análise de discurso. Seguindo, todavia, a mesma linha de ambas as pontuações feitas anteriormente, 10 das 39 publicações tornam-se potenciais observadores da imprensa quando avaliam produtos midiáticos e sua influência na formação da opinião pública.

O momento mais qualitativo ocorreu a partir de uma seleção realizada mediante a leitura dos resumos dos textos previamente recortados, o que nos permitiu desenvolver um estudo aprofundado dos dois únicos trabalhos que utilizaram o OI como objeto de análise. Em seu artigo apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Garcia (2011) exhibe uma pesquisa empírica sobre as mudanças ocorridas no site e considera a hipótese de que é necessário que os suportes midiáticos se superem dentro dos processos comunicacionais no intuito de convergir e dispersar usos e tecnologias.

Em junho do mesmo ano, o site foi revitalizado em comemoração aos 15 anos do projeto e, por isso, a autora faz uma descrição indicial e aponta revitalizações e aspectos de

⁵ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>.

⁶ “CRÍTICA s. f. Arte de julgar as produções literárias, artísticas ou científicas; comentário; apreciação (às vezes negativa). crí.ti.ca.” (SILVEIRA BUENO, 2007, p.208)

dinamismo e otimização, deslocamentos, capacidade de armazenamento, integração, funcionalidades, dispersão, convergência e participação explícita dos internautas na plataforma online. O objetivo é descobrir novas proposições que aprimorem questões hipotéticas de pesquisa sobre os processos comunicacionais desenvolvidos no (e pelo) site.

Refletindo sobre a função social desse agente fiscalizador, Garcia entende que o OI seja um espaço para o debate sobre as ações dos campos midiáticos e extramidiáticos visando auxiliar o público nas reflexões acerca das práticas e processos jornalísticos. Segundo ela, a entidade civil que autodenomina-se “não partidária” se baseia em “princípios éticos do jornalismo ideal” e em “ideologias não muito bem definidas, mas diversificadas”.

O trabalho social e discursivo desempenhado neste dispositivo interacional apresenta uma diversidade crítica especialista e leiga que estimula uma cultura de opções pessoais, de formação de opinião sobre os descaminhos da mídia e a afetação que isso provoca nos demais setores da sociedade. (GARCIA, 2011, p.15)

O site do OI é, portanto e conforme a pesquisadora, um espaço de compartilhamento de crítica na medida em que sua lógica operacional se caracteriza pela difusão de opiniões, comentários e reflexões sobre as práticas jornalísticas por parte dos profissionais e usuários da imprensa. Assim, este dispositivo social impulsiona as relações do campo midiático com ele mesmo e com os campos da política, da educação, da religião e da economia, por exemplo.

Nesta conjuntura, as práticas discursivas são associadas a trabalhos sociais, possibilitando a socialização em âmbitos de informação, de aprendizagem e de crítica. Essa perspectiva pragmatista permite considerar que o objeto de estudo exerce uma função que está além de refletir ou interagir no âmbito de trocas simbólicas e tecnológicas, e sim assumir um papel disciplinar, que interfere em determinadas condutas sociais dos pares. (GARCIA, 2011, p.6)

Já Azevedo (2012) empreende uma análise do conteúdo, do sistema de títulos e dos posicionamentos discursivos em 34 artigos publicados pelo Observatório da Imprensa em 2009 e 2010, no intuito de identificar, no discurso do *website*, modelos de mídia, de leitor e de monitoramento de mídia em seu trabalho apresentado no 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. O texto discorre sobre um laço pedagógico e normativo entre o OI, os meios de comunicação e seu leitorado, assinalando uma relação entre mestre e aprendiz que, a partir de um ponto de vista deontológico, ensina leitores e profissionais e aponta erros na cobertura jornalística.

O OI vem tecendo seu lugar no interior desse espaço aberto ao debate e à livre circulação da crítica à qualidade do conteúdo midiático como aquele que, além de

mostrar os erros da imprensa e criticá-los, traduz os interesses em jogo no discurso da imprensa e contextualiza as coberturas realizadas para facilitar ao leitor a compreensão dos acontecimentos midiáticos. (AZEVEDO, 2012, p.17)

Com relação ao posicionamento do site a respeito da mídia, a autora mostra que o dispositivo insere os meios de comunicação em uma “crise ética”, onde poucas coberturas jornalísticas “são capazes de exercer uma pressão no campo político e inovar na construção textual e no relacionamento com as fontes, por meio de relatos humanizados” (AZEVEDO, 2012, p.17). Azevedo se propõe a analisar, portanto, como os observatórios de mídia disponibilizam simultaneamente lugares de fala para a mídia e para o leitor para efetivar o que sugerem em seus discursos.

2.2 OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: DISPOSITIVO DE RESPOSTA

O Observatório da Imprensa também foi apontado por Braga como um dos “dispositivos sociais” nos quais a sociedade se organiza e que têm como função contestar e estender as relações entre produtores e receptores, ainda delimitadas como “simples” pelo senso comum mesmo diante de toda a complexidade e flexibilidade dos atuais processos comunicacionais. Segundo ele, há um “dualismo incoerente”⁷ entre Mídia e Sociedade nas divisões em geral estabelecidas ou pressupostas nos estudos e análises onde estas são definidas apenas como emissora e “recedora”, respectivamente. Braga propõe, então, uma nova perspectiva, contrapondo à visão informacional e unidirecional uma posição definitivamente comunicacional.

Como resultado, o autor levanta a hipótese da existência de um terceiro sistema de processos midiáticos, além dos de produção e recepção, denominado “sistema de interação social sobre a mídia” ou “sistema de resposta social”. Esse terceiro sistema tornaria comunicação efetiva a processualidade de midiatização social geral e “corresponde a *atividades de resposta* [grifo original] produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos” (BRAGA, 2006, p.22). A interatividade, porém, não se inicia apenas com as redes informatizadas, mas com o desenvolvimento dos meios de comunicação e atribuição de objetivos e processos aos mesmos por parte da sociedade, bem como quando esta redireciona seus produtos e lhes dá sentido social.

⁷ O autor justifica a adjetivação defendendo a ideia de que “não se pode separar parte (mídia) e todo (sociedade)”. (BRAGA, 2006, p.22)

O sistema de interação social sobre a mídia (seus processos e produtos) é um sistema *de circulação diferida e difusa* [grifo original]. Os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular nesta, entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura. *Se não circulassem, não estariam “na cultura”*. (BRAGA, 2006, p.27)

A possibilidade de crítica da mídia realizada pela própria sociedade surge quando Braga busca desenvolver a construção do conceito de um subsistema crítico-interpretativo “como um componente ativo da interação social-midiática”. Este “sistema de circulação interacional” é estimulado e se constitui quando o consumo da informação ultrapassa os limites da recepção e abre uma conversação sobre o conteúdo que se recebe.

Ora, quando se trata de valores simbólicos, e da produção e recepção de sentidos, o que mais importa é a circulação *posterior à recepção* [grifo original], ou seja, uma vez completada a processualidade mais diretamente “econômica” (ou comercial) do processo, do “fazer chegar”, os produtos não são simplesmente “consumidos” (no sentido de “usados e gastos”). Pelo contrário, as proposições “circulam”, evidentemente trabalhadas, tensionadas, manipuladas, reinseridas nos contextos mais diversos. (BRAGA, 2006, p.28)

Por isso, é importante diferenciar o que a mídia veicula – a circulação midiática (ou sistema de produção) – do que “depois circula na sociedade”. Este último circuito de circulação se caracterizaria como “uma resposta” na medida em que se refere ao que, efetivamente, “a sociedade faz com sua mídia”. Partindo deste pressuposto, as críticas sobre os produtos midiáticos e os dispositivos sociais seriam “os elementos mais visíveis dos processos de circulação”.

Os diferentes objetivos e processos evidenciam que a sociedade não apenas sofre os aportes midiáticos, nem apenas resiste pontualmente a estes. Muito diversamente, se organiza *como sociedade*, para retrabalhar o que circula, ou melhor: para fazer circular, de modo necessariamente trabalhado, o que as mídias veiculam. (BRAGA, 2006, p.39)

Na visão de Braga, esse subsistema pode ser constatado na observação da realidade e há pesquisas sobre seus processos. Alguns entraves, porém, mantêm sua existência sistêmica “invisível”, como a predominância de uma “visão economicista”, que não abrange outros elementos de circulação além dos que existem entre produção e consumo; o dualismo entre mídia e sociedade; “a investigação esparsa dos processos de interação”, observados somente na especificidade dos objetos de estudo; a visão fraca da “interatividade estrita (de tipo conversacional)” que omite, justamente, as interações diferidas e difusas; e a dificuldade que

temos em “perceber sistemas de processos não biunivocamente relacionados a sistemas de estruturas”.

Os limites para o funcionamento de um sistema eficaz de interação social midiática certamente são correlatos, em uma mesma sociedade, aos limites encontrados no sistema de produção e no sistema de recepção. Isso é naturalmente relacionado a seu funcionamento sistêmico. Por isso mesmo os processos e dispositivos de interação deveriam ser estudados, na sua especificidade, como aporte relevante para o desenvolvimento das competências midiático-culturais da sociedade. (BRAGA, 2006, p.42)

Cineclubes, sites de *media criticism*, fóruns de debate sobre rádio e televisão, crítica jornalística, revistas cujo tema é a própria mídia, produções acadêmicas sobre os meios e processos de autocrítica da imprensa, são apontados por Braga como alguns dos dispositivos sociais instalados continuamente pela sociedade em sua atuação direta sobre a mídia. Tal ação, dentro de uma variedade mais ampla, visa a crítica, com interpretações e objeções interpretativas; o retorno, *feedback* ao sistema de produção; a militância social com uma crítica-ação; o controle da mídia em defesa dos valores profissionais e sociais; a sistematização de informações; a circulação comercial; bem como a educação e o desenvolvimento de processos de aprendizagem em público.

Ainda que os livros e jornais sejam tradicionais espaços para tais atuações e que o rádio e a televisão também as recebam – como nos programas de debate –, em tempos de redes informatizadas, a internet tem ganhado destaque como meio de suporte para os dispositivos sociais de fala sobre a mídia, espaços de ampliação do conhecimento e de “*intervenção crítica* [grifo original], cultural, educacional e operacional com o objetivo de estimular processos midiáticos de modo socialmente responsável e relevante” (BRAGA, 2006, p.42). Para isso, se utilizam e se constituem nas mesmas mídias que veiculam os produtos por eles analisados e comentados, o que, muitas vezes, dificulta a diferenciação do sistema de interação dos de produção e recepção.

Dentro do sistema de interação social sobre a mídia, os processos críticos são aqueles que tensionam os processos de produção midiática, “gerando dinâmicas de mudança” e aqueles que exercem um trabalho analítico-interpretativo, ampliando o esclarecimento e a percepção.

É possível, portanto, fazer a premissa de que, quanto mais desenvolvidos sejam os dispositivos críticos, mais provavelmente eles se voltam para uma análise de produtos específicos (e menos para análises do meio em sua generalidade); mais se tornam competentes para fazer distinções refletidas entre tipos e gêneros, relacionadas a seus usos disseminados na sociedade; e, finalmente, mais

competentes em *interpretar* [grifo original] estruturas e processos (em vez de simples e impressionisticamente “julgar” bom ou mau um produto). (BRAGA, 2006, p. 61)

O estudo sistêmico-analítico de Braga sobre o site Observatório da Imprensa – entendido como sistema de resposta social – tem como objetivo esclarecer o tipo de crítica desenvolvido nesse espaço. Para isso, ele tenta perceber como as seções regulares de publicações são caracterizadas e de que forma elas abordam os objetos do OI, sejam eles específicos (imprensa, jornalismo e mídia) ou gerais. O período estabelecido pelo autor como recorte compreende o ano de 2001 ao ano de 2003, quando 16 seções regulares foram analisadas.

O material empírico de seções mais frequentes foi organizado em seis conjuntos conforme sua função crítica. São eles: o núcleo de crítica à imprensa (que agrega os demais grupos); articulação crítica entre imprensa e sociedade; o que se publica sobre o tema imprensa; articulação com a sociedade (leitores); objetos complementares de observação; e interação com os setores formadores.

Para suas análises, Braga se apoia em Albuquerque (2001). Segundo este, a principal diferença entre Circo de Notícias e Imprensa em Questão, seções que compõem o núcleo de crítica à imprensa, é que a primeira seria “monofônica”, tendo a voz de Alberto Dines como espaço editorial, e a segunda “polifônica”, como uma “arena de debates”. Ambas, porém, submetem matérias “de interesse geral” publicadas em diversos jornais do país a exames qualitativos que discutem como os meios lidaram com determinado acontecimento.

Braga, por sua vez, acrescenta algumas características às críticas feitas nos dois espaços e pontua que estas recebem “tratamentos ingênuos, burocrático-formais e/ou conformistamente descritivos” (BRAGA, 2006, p.114). Nesse sentido, os jornalistas limitam-se a pontuar falhas como “não ouvir os dois lados” e esquecem de assumir uma postura analítico-interpretativa relevante para o processo de estímulo à reflexão e percepção ampliada aos leitores.

No que diz respeito à relação entre imprensa e sociedade, o conjunto de articulação crítica entre essas duas instâncias é composto pelo Jornal de Debates e pelo Caderno de Cidadania, produtos que ultrapassam os procedimentos jornalísticos de apuração e exposição e fazem comentários críticos dos acontecimentos. O primeiro caracteriza-se como “esfera pública de debates para o esclarecimento e o encaminhamento dos temas de sociedade”, enquanto o segundo, “reivindicando o *status* de representante da sociedade civil torna-se um

agente político efetivo capaz de influenciar o processo de tomada de decisões no âmbito do Estado” (ALBUQUERQUE apud BRAGA, 2006, p.117).

No Jornal de Debates aparecem comentários polemizando artigos publicados no site do OI ou matérias da imprensa brasileira. Outras vezes, inaugura-se uma discussão sobre determinado tema ao exprimir uma posição forte que provavelmente estimulará contraposição. No Caderno de Cidadania, por sua vez, Braga observou a predominância de temáticas político-sociais que se relacionam diretamente aos processos de cidadania, tornando mais um “jornal crítico” do que uma “crítica de jornais” que defende valores sociais relativos ao cidadão.

No grupo do que se publica sobre o tema “imprensa” estão as seções em que o OI reproduz artigos publicados que se relacionam com as temáticas centrais, promovendo uma ampliação das falas “entre as quais a própria fala do OI se inscreve e legitima”. Fazem parte desse conjunto o Monitor da Imprensa, o Entre Aspas, o Mural e A Voz dos Ouvidores. Estes espaços tornam a continuidade, a abrangência e a diversidade do tratamento da imprensa enquanto questão relevantemente social um objeto de análise refletida e sistemática.

O Monitor da Imprensa é, segundo Braga, um noticiário de atualidade em que produtores e produtos jornalísticos, processos de construção das notícias, liberdade da imprensa e questões políticas e econômicas que envolvem a profissão são temas centrais. O Entre Aspas republica matérias assinadas de outros órgãos de imprensa do país, caracterizando-se como um “*clipping* organizado tematicamente”.

Na seção Mural aparecem matérias de divulgação enviadas por entidades e/ou jornalistas relacionadas à imprensa, comunicação, edição e sociedade. A Voz dos Ouvidores é, segundo Braga, a que mais se articula com o núcleo de crítica quando, ao reproduzir publicações externas ao OI e frequentemente reiterar o posicionamento dos *ombudsmen*⁸, reforça uma crítica pautada em critérios e valores, e não justificada por preferências e gostos pessoais.

O conjunto de articulações com a sociedade – e, mais especificamente, com os leitores –, é composto pela Urna Eletrônica e pelo Caderno do Leitor. A primeira seção é utilizada pelo OI para divulgar um levantamento semanal da opinião dos cidadãos sobre temas relevantes da imprensa, apresentando o número total de votos e a distribuição entre as alternativas “sim” e “não”. A segunda é um espaço efetivo de interlocução, que permite a

⁸ Os *ombudsmen* são os “ouvidores da imprensa” que recebem e tratam as queixas e sugestões do público e visam melhorar a qualidade do jornal ao apontar erros e sugerir formas de corrigi-los a partir das observações recebidas. (MACHADO, 2007, p.7)

publicação de cartas completas enviadas pelos usuários e o contato pessoal e imediato com o remetente por e-mail, estimulando o debate e a interatividade, uma das principais possibilidades oferecidas pelos meios digitais.

Já as seções Armazém Literário, E-Notícias, Qualidade na TV, Ciência e Feitos & Desfeitas foram classificadas por Braga como objetos complementares de observação pelo fato de as matérias nelas postadas “ocuparem menos a atenção do jornal do que o jornalismo informativo e interpretativo de interesse político”, além de terem um número reduzido de publicações se comparadas com os outros conjuntos. Estas seções tratam de outras mídias, como a TV, a rede digital e a edição de livros e trabalham com temáticas como esporte e cultura.

Armazém Literário deixa claro no subtítulo “Autores, ideias e tudo o que cabe num livro” o âmbito e o ângulo de abrangência da seção. Ao observar as matérias nela postadas, Braga pôde constatar que a mesma é um espaço crítico, mas também um “suplemento literário” em que o livro aparece como tema e referência. E-Notícias oferece matérias sobre negócios na/de rede digital relacionadas a provedores, operadores, internet e críticas a sites: é, segundo o pesquisador, um espaço “exploratório” frequentemente crítico que apresenta “visões apocalípticas e de redenção”, processos técnico-operativos da internet e assume caráter pedagógico ao ensinar, algumas vezes, como usar o computador para a elaboração de reportagens.

Ao se aproximar mais do padrão crítico do OI, Qualidade na TV aborda outros gêneros além da programação jornalística, e não se atém aos critérios do que é correto, assumindo um caráter mais recusador. Os programas de entretenimento e de “negócios” são criticados pela perspectiva da ética, mas discute-se, principalmente, a insuficiência do desenvolvimento “de ângulos críticos elaborados em especificidades no ambiente social” quando se tem como mote a “baixaria e violência” nas coberturas televisivas. A seção Ciência enfoca a divulgação científica através do jornalismo, não enquadrando-se na corrente central de *media criticism*, enquanto Feitos & Desfeitas não assume uma linha específica e abordando diversos temas, podendo ser vista como “um repositório para matérias sem encaixe nítido, ou que se prefere não encaixar em outras seções”.

A interação com os setores formadores, por fim, composta unicamente pela seção Diretório Acadêmico, envolve indicações político-pedagógicas para uma boa formação de jornalistas, apontando padrões ideais, relacionamento entre a formação e a profissão, críticas contra a falta de profissionalismo de alguns professores, bem como o ensino nos Estados Unidos, o reconhecimento federal de cursos, e as coberturas “burocráticas” sobre o ensino

superior. Braga relata, no entanto, que algumas matérias tratam da cobertura jornalística da temática genérica da “formação acadêmica”, tornando-se quase uma editoria sobre “ensino superior”. Os dois temas, que parecem concorrer entre si, segundo o autor, não inscrevem a seção no padrão analítico-interpretativo.

Com o estudo das seções e publicações, Braga concluiu que a linha crítica central do Observatório da Imprensa busca corrigir os erros da mídia, não só controlando “eventuais desvios”, mas construindo um caminho ideal a ser seguido. Assim, um perfil “militante” se estabelece na medida em que este dispositivo crítico-interpretativo aponta como os ajustes devem ser feitos.

O distanciamento assim como a familiaridade são estruturais. O primeiro, determinado pela posição militante; a segunda, pela experiência profissional que permite aos críticos falar “de dentro do objeto” (produção jornalística) e sustenta sua argumentação. É o que caracteriza o nível de argumentação como polêmica e polemizadora. Paralelamente, o esforço da crítica é vergastar pontos de vista diferenciais e buscar o aliciamento dos leitores para o ponto de vista assumido. (BRAGA, 2006, p.129)

Nessa perspectiva, as críticas do OI não têm ênfase pedagógica e não “constroem” um interlocutor-aprendiz capaz de desenvolver competências relativas ao material analisado, mas esclarecem posições defendidas e buscam adesão às opiniões apresentadas. Esta “tonalidade militante da crítica” é responsável por elaborar “processos especiais de interlocução com a sociedade” (BRAGA, 2006, p.131) que não são voltados para o desenvolvimento de conhecimentos e competências, mas para o “embate de valores”.

Diante da conjuntura apresentada, é válido ressaltar a ausência de trabalhos nas plataformas acadêmicas que discutam a presença destes dispositivos de resposta social no universo televisivo e reflitam sobre o espaço da crítica-interpretativa na tevê brasileira. O levantamento quali-quantitativo revelou que se poucos foram os *papers* que optaram pelo site do OI elemento de estudo, nenhum deles utilizou a versão audiovisual do projeto como objeto de análise. A partir do capítulo seguinte nos propomos, então, a debater sobre a abrangência do jornalismo opinativo e da narrativa crítica na TV e a observar se o discurso analítico-interpretativo referente às produções jornalísticas se mantém no programa de tevê do Observatório da Imprensa.

3 A TV E O EXERCÍCIO DA NARRATIVA REFLEXIVA

Presente em 97,2% dos lares brasileiros, a televisão é um dos principais meios de comunicação de massa do país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁹ de 2012, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de residências que possuem TV é maior do que os com geladeira (96,7%) e rede coletora de esgotamento sanitário (57,1%). Desenvolvida pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República em 2010, a pesquisa¹⁰ Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira também indica a primazia da telinha ao apontá-la como canal de comunicação mais utilizado no Brasil.

A indústria da TV chega ao país quase que paralelamente a outras quatro nações da América Latina: Argentina, Cuba, México e Venezuela. Trazida por Assis Chateaubriand nos anos 50, a inovação tecnológica encontra, inicialmente, um mercado limitado¹¹ à elite brasileira acostumada a exibir hábitos de consumo modernos e única classe economicamente capaz de adquirir os caros aparelhos importados. Ainda que fabricantes e distribuidores financiassem, parcialmente, a operação das emissoras pioneiras, estas integravam complexos industriais voltados para a venda de bens simbólicos nos campos da informação e do lazer. A “estratégia de investimento em longo prazo” pretendia, deste modo e conforme Melo (2010), conquistar audiências com alto poder aquisitivo visando promover o consumo dos produtos anunciados.

A lógica operacional da tevê, como a do rádio, fundamenta-se, então, no sistema capitalista e nas leis de mercado, ainda que a proposta genuína de desenvolvimento da radiodifusão¹² no Brasil – inspirada no modelo europeu e estimulada pelo paternalismo estatal – idealizasse a nova mídia eletrônica como um suporte para a difusão cultural e educacional. Neste contexto, mesmo sendo juridicamente propriedade do Estado, os canais tornam-se “moedas de troca” entre o governo e empresas comerciais e organizações civis para as quais as posses são outorgadas e que os gerenciam conforme seus interesses políticos e econômicos, “evidentemente observando princípios genéricos de preservação do interesse público”.

⁹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 02/06/2014.

¹⁰ Disponível em: <http://www.fenapro.org.br/relatoriodepesquisa.pdf>. Acesso em 02/06/2014.

¹¹ Em 1954, apenas 90 mil residências possuíam televisores no México, 70 mil no Brasil e 20 mil na Argentina, enquanto na Europa Ocidental o crescimento anual de aparelhos era de cinco milhões na mesma década. (MELO, 2010, p.28)

¹² O Decreto nº 52.795 de 1963 define os serviços de radiodifusão como a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D52795.htm. Acesso em 02/06/14.

Assim sendo, o modelo brasileiro de televisão se caracteriza por uma interconexão entre o Estado paternalista e os grupos econômicos presentes no negócio da mídia. Estes, por sua vez, correspondem às demandas de uma indústria de bens de consumo em expansão, como consequência do processo de substituição de importações desencadeado no período entre-guerras. Daí os conflitos que se operam frequentemente, seja através de mecanismos de censura criados pelo Estado, seja através de tentativas de chantagem política suscitadas pelos empresários da comunicação e dirigidas aos ocupantes de funções governamentais. (MELO, 2010, p.29)

As concessões tornaram-se produto de exploração do setor público e privado principalmente durante a ditadura. Promulgada no início da década de 60, a legislação das telecomunicações estabeleceu total dependência ao governo federal, o que, segundo Melo, facilitaria as ações dos militares em seu “projeto de modernização compulsória da sociedade”. Motivados pela “postura salvacionista”, os militares estabelecem um modelo político centralizador, “criando facilidades para atrair as empresas multinacionais e dinamizando o mercado interno através de mecanismos de concentração de renda que ampliam significativamente a classe média”.

Como consequência da busca pela legitimação do governo vigente, é neste período em que a popularização da televisão brasileira enraíza-se. O estímulo ao funcionamento de fábricas nacionais de aparelhos de tevê fez com que os preços se tornassem acessíveis à grande massa e a programação, até então predominantemente composta por filmes, shows de variedades e desenhos animados importados dos Estados Unidos, é reformulada. A “produção endógena” de programas, por sua vez, é incentivada “em parte pela restrição à participação de estrangeiros na propriedade de empresas de comunicação, e em parte pela ideologia de segurança nacional que sobrevaloriza a identidade cultural brasileira” (MELO, 2010, p.31).

Ao trabalhar com a iconosfera e apresentar o acontecimento no exato momento em que ocorre, através da imagem, a TV torna-se responsável pela instantaneidade e pelo universalismo das informações, driblando o analfabetismo e a “babel das línguas”, obstáculos que não poderiam ser superados em curto prazo. A adesão de novos contingentes populacionais à audiência é, pois, fator determinante para a nacionalização da produção televisiva.

Essa incorporação das camadas populares ao consumo dos produtos culturais gerados pela TV obriga os empresários do ramo a estabelecerem sintonias com as preferências das massas. Inicia-se, portanto, uma fase populista. A telemania incorpora-se ao padrão de vida dos brasileiros, reunindo as famílias abastadas em suas casas para desfrutar o espetáculo cotidiano transmitido nacionalmente pela telinha do vídeo. (MELO, 2010, p.31)

Com o fim do regime ditatorial, a centralidade das concessões dos canais de radiodifusão é vetada pela Constituição da República. De acordo com a Carta Magna, “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio¹³”, o que, na prática, não acontece. Um mapa¹⁴ desenvolvido pelo projeto Donos da Mídia¹⁵ revela que as cinco principais gerenciadoras de canais de TV no Brasil são privadas: ao todo, até 2008, 340 veículos eram vinculados a Globo, líder do *ranking*; o SBT, por sua vez, possuía 195; já a Bandeirantes era responsável por 166, enquanto 142 eram controlados pela Record e 84 pela Rede TV!.

A relação entre meios e governo também não se esgotou após os Anos de Chumbo. Segundo o mapa, há seis anos, 271 políticos eram sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. Deste total, 147 eram prefeitos, 55 deputados estaduais, 48 federais e 20 senadores. Com relação aos principais partidos, 58 deles estavam filiados ao DEM, 48 ao PMDB, 43 ao PSDB, 23 ao PP, 16 ao PTB e 10 ao PT. No que diz respeito aos estados, Minas Gerais possuía o maior número políticos ligados à mídia, com 38, seguido de São Paulo, com 28, Bahia, com 24, Paraná, com 23 e Piauí, com 17 governantes.

O “coronelismo eletrônico” de Lima e Lopes (2007) – que define o “controle da informação” e, conseqüentemente, a “capacidade de influir na formação da opinião pública” como a moeda de troca entre governo e conglomerados – protagoniza diversas análises críticas. Acadêmicos, pesquisadores e até mesmo profissionais da Comunicação questionam, constantemente, o domínio privado das outorgas, principalmente as de televisão. Nesse sentido, relataremos algumas investigações científicas que apontam qual o espaço dado ao sistema de interação social proposto por Braga neste meio de comunicação, a presença da opinião nessa mídia e o papel que a TV tem assumido dentro de uma esfera pública de fato analítico-interpretativa.

3.1 JORNALISMO OPINATIVO: PRESENÇA E CONSTRUÇÃO NA TEVÊ

Melo (2003) define o Jornalismo como um “processo social contínuo, ágil e veloz, determinado pela atualidade” e articulado a partir do estabelecimento de uma relação “periódica e oportuna” entre organizações formais produtoras e coletividades receptoras através dos meios de comunicação. Estes, por sua vez, “asseguram a transmissão das

¹³ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10646485/paragrafo-5-artigo-220-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 03/06/2014.

¹⁴ Disponível em: <http://donosdamidia.com.br/redes/tv>. Acesso em 03/06/2014.

¹⁵ Disponível em: <http://donosdamidia.com.br/historia>.

informações em função de interesses e expectativas” inseridos em universos culturais ou ideológicos.

No tocante à categorização dos produtos jornalísticos, o autor toma como parâmetro a contribuição de Luiz Beltrão que separa os gêneros “segundo as funções que desempenham junto ao público leitor: informar, explicar e orientar” e conforme “as tendências que marcaram a atividade peculiar do jornalismo”. O pesquisador, entretanto, não se ateve ao estilo, estrutura narrativa ou técnica de codificação, mas “obedeceu ao senso comum que rege a própria atividade profissional” (MELO, 2003, p.60).

Estimulado por estas reflexões, Melo se apoia em dois critérios para sua própria classificação. A divisão da práxis entre jornalismo informativo e opinativo se deu com o agrupamento dos gêneros em categorias correspondentes à intencionalidade denotativa e conotativa dos relatos e a partir da observação da natureza estrutural dos mesmos considerando “a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)” (MELO, 2003, p.64).

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião. (MELO, 2003, p.65)

A “valoração dos acontecimentos” que definimos como dimensão crítica concretiza-se, segundo o autor, através dos gêneros opinativos que emergem em quatro núcleos: a empresa, o jornalista, o colaborador e o receptor. O editorial é a categoria que oficializa a opinião da organização gerenciadora do meio, enquanto a do jornalista, profissional integrante ao quadro da empresa, dá-se pelo comentário, resenha, coluna crônica, caricatura e, eventualmente, pelo artigo, espaço usualmente utilizado pelos colaboradores, personalidades representativas da sociedade civil que buscam participar da vida política e cultural; por fim, tratando-se de mídias impressas, como jornais e revistas, a carta é o meio pelo qual os leitores se expressam.

Ao dissertar sobre a expressão opinativa – e, portanto, crítica – das mensagens jornalísticas do segundo gênero apresentado, o autor baseia-se em Althusser (1978) e Enzensberger (1978) para apontar os meios de comunicação como “aparatos ideológicos” que

atuam “monoliticamente atrelados ao Estado” ou como “indústria da consciência” ao influenciar pessoas, comover grupos e mobilizar comunidades. Para o autor, a opinião se estrutura no produto jornalístico tanto na “seleção de incidências observadas no organismo social e que atendem às características de atual e de novo” – ou seja, na escolha dos fatos –, quanto na omissão, “através da projeção ou redução que experimentam na emissão” – ou seja, na construção das notícias.

Atividade eminentemente política, o jornalismo não exclui a reprodução verdadeira dos acontecimentos, seja qual for a orientação ideológica da instituição ou de seus profissionais. Mas a medida da veracidade é uma consequência da disponibilidade de fontes de difusão jornalística que permitam à coletividade a confrontação dos fatos e de suas versões. Assim sendo, a questão da defasagem que existe entre a realidade e o seu relato nas páginas de um jornal ou revista ou nos programas de uma emissora de rádio ou de televisão não decorre diretamente dos gêneros utilizados e sim do próprio sentido que a instituição jornalística dá ao ordenamento das mensagens que procuram representar a realidade observada. (MELO, 2003, p.74)

Em se tratando de tevê, o processo social definido por Melo estrutura-se, majoritariamente, nos telejornais. Para Vizeu e Correia (2008), o telejornalismo apresenta-se como “um lugar central na construção social da realidade” e de “produção de conhecimento”. Em uma realidade onde 94,2% da população têm o hábito de consumir produtos televisivos, os telejornais são os programas mais assistidos (42,6%), seguidos pelas telenovelas (31,1%)¹⁶. A relevância social dos noticiários também se confirma quando 64,6% dos entrevistados os consideram como programação mais importante. A função de “referência e segurança” atribuída aos telejornais pode ser vista, então, como outra evidência do lugar de destaque desta mídia na sociedade brasileira.

Na visão de Rezende (2000), foram vários os fatores que contribuíram para que a TV assumisse um papel tão importante no Brasil, como a “má distribuição de renda, a concentração da propriedade das emissoras, o baixo nível educacional, o regime totalitário nas décadas de 60 e 70, a imposição de uma homogeneidade cultural e até mesmo a alta qualidade da teledramaturgia” (REZENDE, 2000, p.23). Nesse sentido,

O telejornalismo cumpre uma função social e política tão relevante porque atinge um público em grande parte iletrado ou pouco habituado à leitura, desinteressado pela notícia, mas que tem de vê-la, enquanto espera a novela. É justamente por causa desse telespectador passivo que o telejornalismo torna-se mais importante do que se imagina, a ponto de representar a principal forma de democratizar a informação. (REZENDE, 2000, p.23)

¹⁶ Estas estatísticas também foram levantadas pela pesquisa da Secretaria de Comunicação da Presidência da República citada no início do capítulo.

O autor pondera, entretanto:

É improvável que o telejornalismo esteja cumprindo satisfatoriamente essa missão social, uma vez que está atrelado às grandes corporações que controlam as estações de TV, motivados muito mais por seus interesses econômicos e políticos do que pelas necessidades das camadas populares da audiência. De uma forma ou de outra, porém, razões mercadológicas impelem a produção telejornalística, como de resto toda a programação televisiva, a procurar atender aos desejos e às expectativas de um expressivo contingente de telespectadores que se situam no outro extremo do processo de comunicação. E essa fatia de audiência de baixo nível instrucional, tão cobiçada pelos departamentos de venda das emissoras, encontra na televisão uma das poucas oportunidades para sonhar com a esperança de tornarem-se verdadeiros cidadãos. (REZENDE, 2000, p.24)

Assim como os enquadramentos do material classificado como informativo, podemos pensar, pois, no espaço da opinião no Jornalismo e na análise crítica-interpretativa que compõe este gênero como fatores que contribuem para a construção social da realidade e da cidadania, na medida em que influem, direta ou indiretamente, na chamada “opinião pública”¹⁷. Nessa perspectiva, também nos propomos a observar e documentar como este discurso se apresenta no telejornalismo brasileiro. Para isso, utilizamos como recorte empírico mais aparente na contemporaneidade a experiência do SBT Brasil, apresentado por Joseval Peixoto e Rachel Sheherazade.

Em análise anteriormente desenvolvida¹⁸, avaliamos cinco edições do noticiário, transmitidas entre os dias 06 e 10 de maio de 2013, considerando o texto institucional/de divulgação disponível no site¹⁹ do programa, que o define como “um jornal mais comentado, apoiado no perfil dos apresentadores”; o número total de matérias transmitidas e temáticas abordadas; o espaço destinado a cada um dos âncoras (quantas vezes falam e sobre quais temas); a construção das notícias (comentários curtos e uso de adjetivos); e a editoria de Opinião, destinada a comentários longos feitos pelos âncoras e comentaristas convidados.

Para a pesquisa, fizemos o *download* das íntegras das edições disponibilizadas pelo próprio site oficial do telejornal e no intuito de auxiliar a montagem das tabelas, estruturamos uma guia de análise, dividida para os três blocos de cada uma das edições, onde documentamos e transcrevemos os aspectos acima descritos, como as chamadas, os comentários, os adjetivos e os textos de opinião dos âncoras e dos comentaristas convidados,

¹⁷ Para Luís Beltrão, “só se pode falar em opinião pública quando o tema é matéria passível de discussão, debate, discordância”. Segundo ele, a opinião pública é que “um conjunto de julgamentos idênticos, uma maneira de pensar, sentir ou agir de uma determinada e expressiva parcela de uma mesma sociedade sobre o problema proposto num momento dado”. (BELTRÃO, 1964)

¹⁸ Trabalho apresentado no XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho, em Bauru, São Paulo (SP). Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/index.htm>.

¹⁹ Disponível em <http://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil>. Acesso em 06/05/2013.

quando aparecem e sobre quais temas abordam. Além disso, construímos grupos de classificação para as matérias, de forma a quantificar quais temas o telejornal noticia e a frequência de cada um deles.

As chamadas iniciais do telejornal são imprescindíveis para atrair a atenção do público. Além de ser o primeiro contato entre âncoras e telespectadores, elas destacam e apresentam quais notícias serão veiculadas no programa. Durante os cinco dias de análise, contabilizamos um total de 64 chamadas integrando a escalada de abertura do telejornal, todas elas cobertas por imagens relacionadas ao tema apresentado. Observamos que o SBT Brasil trabalha com uma espécie de “titulação” das chamadas (Tabela 1) enquanto as imagens aparecem: em alguns casos, estes títulos buscam ilustrar o tema abordado de forma irônica, engraçada, crítica, ou questionadora, enquanto em outros oferecem alguma informação complementar ao tema e ao texto falado pelo âncora.

Tabela 1

CHAMADA INICIAL (fala do âncora)	TÍTULO (durante as imagens)
“Ladrões usam tecnologia para roubar dados à distância”	“Chupa-cabra moderno”
“FIFA confunde Catedral da Sé com ruínas da China em site oficial”	“Pisou na bola”
“Eletrodomésticos que facilitam a vida da dona de casa substituem a empregada”	“Venda 25% maior”
“Promotores chamam pastor Marcos Pereira de depravado e perverso”	“Mais denúncias”

Para que pudéssemos analisar o espaço destinado pelo SBT Brasil a opinião, observamos desde pequenos comentários a possíveis usos de adjetivos (que não são recomendados quando se toma como referência a chamada “imparcialidade jornalística”, o modelo do jornalismo como espelho do real). O foco editorial, ou inserção em “editorias” foi outro aspecto observado. Durante as edições analisadas os âncoras utilizam-se de comentários curtos, antes (durante a cabeça) e/ou depois das reportagens. Todos estes comentários foram feitos nos primeiros blocos e a proporcionalidade se mantém entre os apresentadores: Joseval comentou seis ocorrências, enquanto Sheherazade comentou cinco e ambos o fizeram, juntos, em três delas. Percebemos, ainda, que as matérias relacionadas à segurança pública contextualizaram 13 dos 14 casos comentados.

Sabe-se que o uso de adjetivos²⁰ não é característico do que chamamos de imparcialidade jornalística, pois o uso deles pode interferir na construção de determinado juízo de valor. Nesse sentido, a busca deveria ser por não explicitar o posicionamento pessoal ao transmitir uma notícia. Percebemos que o SBT Brasil não busca simular uma imparcialidade, mas se propõe a trabalhar explicitamente com a opinião, principalmente com a dos âncoras. Durante as cinco edições do telejornal analisado, os apresentadores utilizaram 14 adjetivos (Tabela 2), distribuídos entre as cabeças das reportagens e os pequenos comentários posteriores às matérias.

Tabela 2

JOSEVAL	RACHEL
08 adjetivos	06 adjetivos
“IMPRESSIONANTES”: Cenas de uma operação policial; imagens da morte de ladrões durante assaltos por enfarto	“VIOLENTO”: Fim de semana em São Paulo
“INFERNO”: Fim de semana no Rio com chuva	“ABSURDO”: Caso de estupro em ônibus do Rio
“APAVORADO”: Pai protege filha em tiroteio	“ASSOMBROSO”: Caso das mulheres sequestradas por uma década
“UMA LENDA”: Técnico do Manchester United	“GIGANTESCA”: Adulteração do leite no Rio Grande de Sul
“MISTERIOSO”: Caso de comerciante encontrada morta	“INCRÍVEL”: Cena de avião cheio de drogas sendo interceptado pela PF
“EMOCIONANTE” e “INACREDITÁVEL”: Caso da mulher achada viva sob escombros	“BOM”: Trabalho realizado pela PF para interceptar avião com drogas

A liberdade editorial e o posicionamento explícito são características do SBT Brasil que podem ser observadas durante todo o telejornal, mas principalmente nas editorias destinadas exclusivamente à opinião, seja ela dos âncoras ou de comentaristas convidados. Durante todos os comentários longos feitos por Joseval ou Rachel, o telão ilustra o cenário com o nome do apresentador que está se posicionando, seguido da palavra Opinião. Quando a vez e a voz são de especialistas, isto também acontece: as imagens atrás do convidado estão sempre relacionadas ao tema abordado pelo comentário (Ex.: Governo Brasileiro + imagem

²⁰ Esta classe gramatical modifica o substantivo e lhe atribui uma qualidade, um estado ou um modo de ser de acordo com o ponto de vista de quem a emprega.

do Palácio do Planalto), enquanto seu nome fica exposto na tela juntamente com a palavra Opinião através de artes gráficas.

Analizamos, então, como (através de quem), quando e com que frequência essas editoriais são apresentadas ao telespectador. O editorial, núcleo apresentado por Melo e Rezende como característico do gênero opinativo, apareceu uma única vez, no dia 08 de maio, encerrando o primeiro bloco do programa, após uma reportagem que abordava a discussão sobre a redução da maioria penal no Brasil. O texto foi lido por Joseval Peixoto, com duração de 1 minuto e 14 segundos e mostrou o posicionamento da emissora diante ao manter a palavra Editorial fixada na tela durante todo o discurso.

A participação de menores em crimes aumenta de forma assustadora. Assassinatos brutais, estupros, roubos, são cometidos com a certeza da impunidade. Todas as leis protegem quem tem menos de 18 anos, na suposição de que eles não têm consciência plena de seus atos. De outro lado, a população se manifesta como pode. Em recente pesquisa realizada em São Paulo, mais de 90% disseram ao Datafolha que querem a redução da maioria penal: um número que não deixa dúvidas. Diante de crimes tão cruéis e da ausência de punição, o SBT entende que alguma coisa precisa ser feita com urgência, seja pelo caminho mais longo e difícil do plebiscito, seja pela sugestão mais rápida do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O fato é que não podemos continuar assistindo a escalada de crimes envolvendo menores, que sabem que nada vai acontecer com eles. (PEIXOTO, 08/05/13)²¹

Observamos, também, que há um padrão em relação ao espaço destinado à opinião dos apresentadores quando ambos expõem suas considerações uma única vez em cada uma das edições. Além disso, Rachel comenta sempre no primeiro bloco do programa, enquanto Joseval comenta sempre no terceiro, encerrando o telejornal. Vale ressaltar que enquanto ele comenta há uma trilha sonora que acompanha sua fala, e o ritmo nos remete a uma apresentação de circo. Já em relação aos comentaristas convidados, há uma variação em relação a quando aparecem e quantos deles opinam em cada edição.

Durante o período de análise, apareceram no programa como comentarista os profissionais José Nêumane Pinto, Carlos Chagas e Denise Campos de Toledo. As opiniões expostas, de uma forma geral, carregam um tom de crítica, seja ela destinada à sociedade civil, seus hábitos, valores, e posturas, ou ao governo, seus interesses de poder, políticos, e econômicos, como nós reagimos a isso e de que forma a atuação de nossos governantes tem afetado a sociedade brasileira. Quatro dos cinco comentários de Joseval foram relacionados à

²¹ Os textos falados nos programas que citamos neste trabalho foram transcritos e a indicação completa do suporte pode ser encontrada referências finais.

política, e estavam ligados: ao caso da morte de PC Farias, à nomeação de Guilherme Afif como ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, e à corrupção.

Rachel, por sua vez, diversifica as temáticas: tratou sobre o poder da fé na cura de enfermidades e criticou o charlatanismo, discutiu a “importação” de médicos cubanos pelo Brasil e as carências do Sistema de Saúde, e abordou o tema das fraudes, como a recém-descoberta adulteração de leites no Rio Grande do Sul, e um possível caso de corrupção envolvendo a Previdência Social na Bahia. Percebe-se que os comentários dos âncoras não tratam de um mesmo assunto. Rachel opina sobre diversas estruturas sociais, enquanto Joseval se baseia prioritariamente em política.

Vale pontuar que, este ano, a apresentadora tornou-se alvo de críticas e debates que questionavam os limites, a intenção e as consequências de seus comentários feitos através do telejornal. Na edição do dia 4 de fevereiro, Rachel utilizou seu espaço de opinião para levantar considerações sobre o caso do jovem, de 15 anos, agredido a pauladas por populares e preso nu a um poste, na zona sul do Rio de Janeiro, depois de uma tentativa de assalto. O adolescente foi amarrado pelo pescoço com um trava de bicicleta e a polêmica fez com que Sheherazade comentasse:

O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que em vez de prestar queixas contra seus agressores preferiu fugir, antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau de galinheiro. No país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídios e sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissivo, a polícia desmoralizada, a justiça é falha, o que resta ao cidadão de bem que ainda por cima foi desarmado? Se defender, é claro! O contra-ataque aos bandidos é o que eu chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E aos defensores dos direitos humanos que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido. (SHEHERAZADE, 04/02/14)

O discurso da apresentadora dividiu opiniões, gerando retaliações e elogios, principalmente pelas redes sociais. A deputada Jandira Feghali (PCdoB – RJ), por exemplo, repudiou a ação de Rachel e pediu²² ao governo federal que suspendesse a verba publicitária destinada ao SBT por considerar que a jornalista e a emissora “fizeram apologia e incitamento ao crime, à tortura e ao linchamento”. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município

²² Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/veja-o-pedido-de-suspensao-de-verba-para-o-sbt>. Acesso em 09/06/14.

do Rio de Janeiro, por sua vez, publicou²³, no dia seguinte à veiculação, uma nota de repúdio às declarações da apresentadora, classificando-as como uma “grave violação de direitos humanos e ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros”.

Na edição do dia 6 de fevereiro, apoiada por Joseval, Rachel teve a oportunidade de explicar seu comentário em rede nacional. O apresentador abriu espaço, dizendo:

O comentário feito pela apresentadora e minha colega de bancada, Rachel Sheherazade, sobre um adolescente que foi preso a um poste, judiado, machucado, ganhou uma repercussão em todo o país. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro divulgou nota de repúdio às declarações de Rachel, afirma que houve violação dos direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na internet o assunto ganhou as redes sociais. No Facebook e no Twitter, o comentário está entre os assuntos mais debatidos. As opiniões se dividem: muitos defendem Rachel, outros condenam suas palavras. Há também uma certa confusão em separar a opinião pessoal dos apresentadores e a linha editorial do Jornalismo do SBT. (SHEHERAZADE, 06/02/14)

Em seguida, afirmou que o Brasil admira as “posições firmes” da jornalista que, mesmo sendo “dura”, é “mãe” e “cristã”. O apresentador, então, questionou se a Rachel é a favor da violência que, por sua vez enfática, respondeu: “Absolutamente não. Eu sou uma pessoa do bem, estou do lado do bem, como diria Renato Russo: com a luz e com os anjos. Jamais defenderia a violência. Sou uma ferrenha crítica da violência, estou todo dia, aqui, batendo na violência”. Segundo ela, sua defesa é para “as pessoas de bem que foram abandonadas à própria sorte” pela falhas na segurança pública. Para Sheherazade, a explicação é dispensável na medida em que acredita que suas palavras foram “muito claras” no comentário.

O que eu defendi foi o direito da população de se defender quando o Estado é omissivo, quando a polícia não chega. Isso está na lei: todo cidadão tem o direito de prender um meliante flagrado em delito. O que não se pode fazer é confundir o direito de se defender com a barbárie, a violência pela violência. Isso jamais qualquer pessoa de bom senso poderia defender. Essa pessoa não fui eu: não defendo a violência. Eu defendo a paz, o bem e a segurança. Eu acho que todo cidadão tem que ter direito à segurança. É isso que falta nesse país. (SHEHERAZADE, 06/02/14)

Com a repercussão, a emissora fez questão de deixar claro, através dos próprios âncoras, que os pontos de vista por eles emitidos são pessoais e não representam o posicionamento do SBT. Logo após aconselhar para que a jornalista “continue assim”, Joseval

²³ Disponível em:

http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/63790/sindicato+dos+jornalistas+repudia+declaracao+de+rachel+sheherazade+sobre+marginalzinho. Acesso em 09/06/14.

esclarece: “Quando há uma opinião da casa – é uma praxe jornalística –, se faz através de Editorial. Agora, o que é um princípio geral para todos nós é que é absoluta a liberdade de expressão, porque é o povo que tem direito à notícia e à opinião”. (PEIXOTO, 06/02/14) Podemos pensar, portanto, que o episódio exemplifica e corrobora as considerações acerca da influência do jornalismo opinativo na construção da opinião pública e, conseqüentemente, da realidade social.

3.2 O DEBATE COMO PRODUTO TELEVISIVO DE INFORMAÇÃO

Estimulado pela ausência de estudos específicos sobre gêneros na tevê e pela necessidade de se organizar conceitos que contribuíssem para o desenvolvimento deste veículo de comunicação, Aronchi de Souza (2004) identificou e apresentou à sociedade acadêmica 31 formatos de produtos televisivos aplicados em 37 gêneros, por sua vez distribuídos em cinco categorias: entretenimento, informação, educação, publicidade e outros. A pesquisa, realizada entre 1994 e 2003, baseou-se na análise da grade horária de sete redes nacionais – Cultura, SBT, Globo, Record, Rede TV! (antiga Rede Manchete), Gazeta e Bandeirantes – durante a terceira semana do mês de outubro de 1996, e acabou por traçar um perfil da programação da TV brasileira.

As classificações de categorias, gêneros e formatos neste estudo propõem a identificação das transformações do conteúdo e das estratégias de produção. A grade horária da programação torna-se elemento fundamental para as observações e o reconhecimento das técnicas utilizadas pelas redes para conquistar audiência em todas as faixas etárias. (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p.63)

Dividir os programas de tevê em categorias “inicia o *processo* [grifo original] de identificação do produto, seguindo o conceito industrial assumido pelo mercado de produção” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p.37). Este grupo abrange os gêneros e é suficientemente capaz de classificar um número bastante diversificado de elementos que o compõe. Segundo o autor, outros estudos apontam que “em suma, qualquer que seja a categoria de um programa de televisão, ele *deve sempre entreter e pode também informar* [grifo original].” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p.39). Seguindo por esta linha de raciocínio, ele apresenta cinco categorias – Entretenimento, Informação, Educação, Publicidade e Outras – sobre as quais trataremos em seguida.

Aronchi refletiu, então, sobre a importância dos elementos que compõe estas categorias. Para ele, é preciso compreender o desenvolvimento da TV, inclusive seus aspectos

tecnológicos, para estudar os gêneros dos programas. Embasado por outras premissas, o autor analisou múltiplas abordagens que atravancam a conceituação destes gêneros na comunicação e percebeu que se relacionam com aspectos históricos e culturais, podendo ou não ser influenciados “pelas considerações do observador e de seus pares” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p.42). Assim, identificar os agentes com potencial para alterar estas classificações faz parte do próprio processo de formação destes conceitos.

Barbosa Filho define os gêneros da área da comunicação como unidades de informação que, estruturadas de acordo com seus agentes, estipulam a forma de apresentação do conteúdo acompanhando o momento histórico da produção da mensagem. Os gêneros podem, portanto, ser entendidos como *estratégias de comunicabilidade, fatos culturais e modelos dinâmicos*, articulados com as dimensões históricas de seu espaço de produção e apropriação, na visão de Martín-Barbero. Congregam em uma mesma matriz cultural referenciais comuns tanto a emissores e produtores como ao público receptor. Somos capazes de *reconhecer* este ou aquele gênero, falar de suas especificidades, mesmo ignorando as regras de sua produção, escritura e funcionamento. A familiaridade se torna possível porque os gêneros acionam mecanismos de recomposição da memória e do imaginário coletivos de diferentes grupos sociais. (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p.44)

O conceito de formato foi apontado como aspecto fundamental e integrante da classificação de categoria e gêneros. Segundo ele, este termo “é nomenclatura própria do meio (também utilizada por outros veículos, como o rádio) para identificar a *forma* e o *tipo* da produção de um gênero de programa de televisão” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p.46), e seu desenvolvimento, por vez, é cada vez mais crescente conforme as necessidades da audiência.

A pesquisa de Aronchi assinalou 23 gêneros que se enquadram na categoria Entretenimento; um em Educação; cinco na categoria Publicidade e três na categoria definida como Outros. Destacamos, entretanto, somente o gênero debate – inserido pelo autor na categoria Informação, juntamente com o documentário, a entrevista e o telejornal – por ser a base estrutural do OI na TV, nosso objeto de análise.

Segundo o pesquisador, este tipo de produção se diferencia pelo número de participantes, que assim como as temáticas, varia conforme a proposta da emissora. “Como não existe divergência de opiniões se os participantes pensarem da mesma maneira, a produção convida pessoas com perfis diferentes, até para que o programa não fique morno” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p.171). O programa pode debater um único assunto ou até mesmo diversos temas, “dando-lhe um tom de variedade e atualidade”.

A presença de um único apresentador, responsável por gerar ou direcionar as indagações motivadoras das discussões, é característica da maioria deles. É possível que se

utilize, ainda, pequenas reportagens para ilustrar o tema discutido. A duração dos programas, determinada pela dinâmica de produção e variedade dos temas apresentados, é destacada como “elástica” ao preencher no mínimo 30 minutos e até mais de 60 minutos da grade horária.

Em seu estudo, Aronchi observou a existência de diversas categorias e gêneros para programas muito semelhantes. A hipótese levantada pelo ele é de o objetivo principal de atrair o telespectador supera a própria essência dos gêneros na definição “flexível” dada pelas emissoras. Nesse sentido, analisar os princípios organizacionais e metodológicos que regem esta classificação pode contribuir para o aprimoramento da própria tecnologia e fundamentar o aprendizado dos futuros profissionais da área.

Nossas reflexões acerca deste gênero, ilustrado pelo programa televisivo do Observatório da Imprensa, iniciaram-se como parte dos questionamentos²⁴ em torno da qualidade do material jornalístico e noticioso produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC)²⁵. Na medida em que o compromisso das emissoras públicas para o cidadão é colocada em pauta, procuramos entender se o OI realmente constroi uma narrativa clara e deontológica sobre o que é permitido ou não nas práticas jornalísticas.

Para este estudo listamos, primeiramente, as edições transmitidas até setembro de 2013 na busca por estabelecer padrões de abordagem com relação às temáticas. A classificação se deu pela leitura do aparente princípio mobilizador do produto televisivo, originado a partir de dilemas característicos da rotina de trabalho do jornalista ou baseado por fatos externos. Além disso, as entrevistas, que normalmente fundamentam-se sobre temas internos ao jornalismo ou ao próprio programa foram destacadas por sua dinâmica diferente.

Constatamos que dos 45 programas veiculados no período de recorte, 15 deles estavam ligados a temas “externos” à imprensa em si, como o Mais Médicos; enquanto 17 tratavam de dilemas internos ao processo jornalístico, como a cobertura da lei de acesso à informação; e outros 12 se constituíram sobre o formato de entrevista em um modelo que se diferencia dos demais programas por ter como tema central o aniversário de 15 anos do próprio Observatório da Imprensa.

²⁴ Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo Jornalismo, Imagem e Representação integram as atividades de pesquisa realizadas no âmbito da graduação e do mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). As avaliações do Jornalismo da TV Brasil foram desenvolvidas entre 2010 e 2012 a partir de uma parceria entre a UFJF e a EBC, e resultaram em um diálogo importante com o campo da Comunicação Pública no Brasil. Atualmente o grupo desenvolve pesquisas sobre o telejornalismo público no país e conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://www.ufjf.br/pesquisatelejornalismo>. Acesso em 09/06/14.

²⁵ Disponível em: <http://www.ebc.com.br>.

O OI tem o objetivo de discutir diferentes coberturas midiáticas e a atuação dos profissionais de Jornalismo nestes processos. Para isso, o programa baseia-se nos questionamentos e argumentações de Alberto Dines, somados às formulações dos personagens convidados para as análises temáticas. Observamos, então, o perfil dos participantes e analisamos a pluralidade das fontes que constroem os debates propostos pelo programa.

A narrativa foi classificada em três tipos: comum, especial e entrevista. O primeiro é composto por 25 programas que se iniciaram com uma pequena exposição, feita pelo apresentador, da temática que seria tratada, seguida pela apresentação de três convidados presentes no estúdio; o segundo, referente a quatro edições, se caracteriza como uma “grande reportagem” unitemática, gravada previamente com diversas fontes externas, ou seja, que não se encontram no estúdio no dia da transmissão do programa; e o diálogo entre Dines e um único personagem aparece em 12 entrevistas que compõe o terceiro formato.

Contabilizamos 67 convidados recebidos nos estúdios do Observatório, alguns por transmissão, ao vivo, de outros locais. Deste total, 59,7% eram jornalistas e 40,3% possuíam outras profissões: sete professores, três médicos, cinco políticos e uma secretária nacional, além de um cineasta, um filósofo, uma cientista política, uma antropóloga, um empresário, o coordenador do Programa de Armas do Viva Rio, dois sociólogos, um representante do Intervozes, um teólogo, e a chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Notamos que o OI privilegia a presença de jornalistas, que se encontram em, pelo menos, 22 dos 25 programas inseridos no formato comum. Além disso, destes 40 profissionais, 17 trabalham na grande imprensa (O Globo, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Zero Hora, BBC, ESPN e The Guardian). Como o produto busca ser um agente questionador e fiscalizador da prática profissional jornalística, acreditamos que esta predominância vai de acordo com a proposta do programa, que debate estes aspectos a partir da visão dos próprios profissionais inseridos nos processos de produção comunicacional.

Já em relação às entrevistas, o perfil dos convidados é variado. Este formato teve como objetivo comemorar os 15 anos do Observatório da Imprensa. Alberto Dines entrevistou Nelson Sirotsky, empresário, jornalista e presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS; Carlos Ayres Britto, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); Fábio Porchat, humorista e roteirista do canal Porta dos Fundos; João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo; Franklin Martins, jornalista e ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da presidência da República; Eduardo Coutinho, cineasta; Otavio Frias Filho, jornalista e diretor de Redação do Grupo Folha; Renato Lessa, presidente da Biblioteca Nacional;

Warren Buffett, investidor; Cláudio Guerra, ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Natalia Viana, jornalista; e Geneton Moraes Neto, também jornalista.

A edição do dia 25 de junho de 2013, objeto de análise deste trabalho inicial que tratou do fenômeno das manifestações populares, foi inserida no formato comum do OI, com convidados presentes no estúdio e contou com a participação do jornalista e editor executivo das plataformas digitais de “O Globo”, Pedro Doria, a cientista política Alessandra Aldé, e o jornalista Lúcio de Castro, do canal “ESPN”. A partir de uma análise de conteúdo, percebemos que a função dos meios de comunicação como atores de mediação entre os fatos e o público é ressaltado durante todo o programa, seja como instância interpretativa ou somente transmissora de dados.

Seguindo esta mesma lógica, que envolve a discussão dos papéis sociais desempenhados pela mídia, em especial pelo OI, notamos a participação de Dines na condição de condutor do debate como um cronista especializado na execução de um bom jornalismo. Obviamente, essas possibilidades inerentes aos meios públicos somados à posição de debate privilegiado ocupada pelo apresentador facilitam para que o Observatório da Imprensa mantenha seu caráter de crítica de mídia e de avaliação da responsabilidade social da imprensa. O capítulo seguinte, portanto, aprofunda as investigações em torno do programa de tevê do OI como um espaço destinado para que a realização de um real debate público.

4 OBSERVANDO O OI: PERFIL E CONTEÚDO

O presente capítulo expõe uma análise qualitativa do formato audiovisual do Observatório da Imprensa – o qual chamaremos OI na TV – no intuito de verificarmos o espaço televisivo destinado ao exercício da opinião, a forma como este dispositivo social se estrutura e utiliza o gênero opinativo na construção narrativa de crítica à mídia e a influência deste discurso na relação que se estabelece com o telespectador.

O percurso metodológico desta etapa iniciou-se por um levantamento quantitativo e temático dos programas exibidos entre novembro de 2013 e abril de 2014, período correspondente aos seis meses anteriores ao princípio deste trabalho, o que nos ofereceu uma ampla margem de possibilidades para recorte. Ao todo, foram contabilizadas 20 edições transmitidas entre 05 de novembro e 28 de abril.

Deste total, oito estão no formato de entrevista, ou seja, se estabeleceram sob um diálogo entre o apresentador e um único participante, sendo quatro delas realizadas em homenagem aos 15 anos do OI na TV – com Franklin Martins, Eduardo Coutinho, Warren Buffett e Fábio Porchat. Outros nove programas debateram: a violência contra a mulher; os 50 anos do Golpe Militar; a segurança pública; a imagem das celebridades nas propagandas; a acessibilidade; o racismo no futebol; a regulação da mídia argentina e britânica; o crescimento da violência contra a mídia durante as manifestações de junho; bem como reflexões sobre 2013 e projeções para 2014.

Três edições, por fim, foram selecionadas como recorte empírico ao indicarem, pelas temáticas, potencial discussão crítica sobre a inserção e a atuação da mídia na cobertura de fatos nacionais – social e politicamente – relevantes e possivelmente exemplificarem as relações que o Observatório tensiona construir com seu público, objetos centrais de nossa linha de pesquisa: a aprovação do Marco Civil da Internet pela Câmara dos Deputados, as manifestações populares e a condenação dos réus no processo do Mensalão.

Para que pudéssemos desenvolver este estudo, assistimos a íntegra dos programas escolhidos pelo site, onde são disponibilizadas todas as edições²⁶ transmitidas, observando variáveis como a estruturação, os enquadramentos de câmera e os recursos audiovisuais, as fontes convidadas e a participação do telespectador, a organização e o conteúdo dos debates, assim como – e principalmente – a presença do gênero opinativo no discurso construído.

²⁶ Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/all_videos. Acesso em 05/05/14.

O Observatório da Imprensa atua²⁷ como monitor de mídia na internet desde 1996, quando assumiu o pioneirismo da atividade no Brasil²⁸. A versão televisiva está no ar desde 1998, pela TV Cultura de São Paulo. O programa também passou a ser veiculado pela TV Brasil a partir de 2007, quando esta foi criada, sendo hoje retransmitido pela Rede Pública de Televisão – às terças-feiras, 22h40 – e pelos canais²⁹ de TV por assinatura.

O Observatório da Imprensa chegou às ondas sonoras do rádio³⁰ em maio de 2005 com um programa diário transmitido pela Cultura FM de São Paulo, pela MEC (AM e FM) do Rio de Janeiro e pela Nacional (AM e FM) de Brasília. O Observatório foi organizado pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desenvolveu-se com o apoio do Comitê Gestor Internet (CGI) no Brasil e sua versão online é do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor).

O projeto tem na figura de Alberto Dines³¹ seu principal editor e o percurso da iniciativa é paralelo à trajetória profissional do jornalista, à conjuntura política e às práticas discursivas da imprensa nacional (GARCIA, 2012, p.4). Responsável por importar o conceito norte-americano de *media criticism* e aplicá-lo em suas produções, Dines impulsionou sua carreira ao instaurar editorias, reuniões de pauta e um departamento de pesquisa na redação enquanto esteve à frente do Jornal do Brasil³², veículo no qual elaborou, por 11 anos, os Cadernos de Jornalismo e Comunicação, “a princípio uma estratégia para circulação interna em que se discutia de forma crítica os erros e as gafes publicadas no jornal” (DINIZ, 2010, p.8 apud GARCIA, 2012, p.5).

O OI se caracteriza como “uma entidade civil não governamental, não corporativa e não partidária³³” que acompanha o desempenho da mídia brasileira e, ao integrá-la, constroi uma análise que o define como “membro fiscalizador” (QUEIROZ; TRECE & COUTINHO, 2013, p.225) das coberturas e dos produtos jornalísticos. Diante da transformação dos cidadãos em um “conjunto de consumidores” produzida pela *mass media*, o Observatório se

²⁷ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oihistoria>. Acesso em 20/06/14.

²⁸ Nos Estados Unidos existem pelo menos duas grandes organizações similares: a Accuracy in Media (AIM), fundada em 1969, e a FAIR (Fairness & Accuracy in Reporting), de 1986. Na França, o Observatoire de la Presse foi fundado em 1995 como braço do Centre de Formation et de Perfectionnement des Journalistes (CFPJ). A primeira organização designada como Observatório da Imprensa foi criada em Lisboa, três meses antes da francesa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oioobjetivos>. Acesso em 20/06/14.

²⁹ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/horarios>.

³⁰ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/radios/allradios>.

³¹ Alberto Dines recebeu, em 1970, o Prêmio Cabot de Jornalismo. Em 1993, ganhou o prêmio Jabuti na categoria Estudos Literários e, em 2007, o *Austrian Holocaust Memorial Award*. Em 2009, foi premiado com o *Austrian Golden Decoration for Science and Art* e, em 2010, com a Ordem do Mérito das Comunicações, no grau Grã-Cruz.

³² Disponível em: <http://www.jb.com.br>.

³³ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oioobjetivos>. Acesso em 20/06/14.

estabelece, portanto, como um espaço destinado à manifestação e à participação ativa dos usuários de mídia – leitores, ouvintes, telespectadores e internautas –, que não mais se apresentam somente como agentes passivos.

4.1 O ESPAÇO DA OPINIÃO NOS PROGRAMAS DO OBSERVATÓRIO

Apresentamos, a seguir, os resultados obtidos com a análise do material empírico composto pelas três edições do OI na TV selecionadas. O primeiro programa (PG1), intitulado “Marco Civil da Internet”, foi veiculado em 08 de abril. O segundo programa (PG2), chamado “A mídia nas manifestações”, foi transmitido em 12 de março. O terceiro (PG3), por fim, veiculado em 27 de novembro de 2013, tem como título “A mídia e o mensalão”.

Com duração média de 50 minutos, a versão televisiva do Observatório da Imprensa possui uma estrutura padrão, dividida em três blocos. Alberto Dines pontua, primeiramente, a temática central e os participantes convidados para o debate. A mídia começa a incorporar-se ao programa quando se destina, logo no primeiro bloco, um espaço para apresentar ao telespectador as manchetes exibidas por alguns jornais impressos – e revistas nacionais, no caso específico de PG2 – durante a semana.

Ao todo, 36 manchetes foram evidenciadas pelas três edições do OI na TV através de um VT composto pelas páginas digitalizadas dos veículos de comunicação escolhidos, acompanhadas por uma música instrumental. No primeiro (Tabela 3) e no terceiro (Tabela 4) programas, o recurso – com 10 e 12 imagens e duração de 14 segundos e 16 segundos, respectivamente – foi introduzido por Dines logo após sua fala inicial de apresentação: “Veja agora como a mídia foi destaque nesta semana”.

As duas edições destacaram, juntas, 22 impressos e, deste total, quatro jornais aparecem em ambas: A Notícia, Estado de Minas, Zero Hora e O Povo. As manchetes selecionadas, por sua vez, não se relacionaram com as temáticas centrais dos programas e o apresentador não esclareceu, em momento algum, os critérios utilizados para a escolha dos meios expostos.

Tabela 3

PG1: MARCO CIVIL DA INTERNET	
VEÍCULO	MANCHETE
O Liberal	Acordo evita paralisação em supermercados
A Notícia	JEC larga na frente
Jornal do Comercio	Universitária morre ao fugir de assalto
Correio Braziliense	Fuja das armadilhas do plano de saúde
A Gazeta	Setor de petróleo vai criar 15 mil empregos
Diário de S.Paulo	Bêbado tira vida de 6 jovens na Raposo Tavares
Jornal da Cidade	Falta reciclável e sobra cooperativa
Estado de Minas	Escalados para a Copa
Zero Hora	Fim de semana vermelho
O Povo	O que melhorou e o que precisa avançar na saúde

Tabela 4

PG3: A MÍDIA E O MENSALÃO	
VEÍCULO	MANCHETE
A Tribuna	Cliente reage durante assalto a bar e mata bandido a tiro
Diário da Manhã	É proibido proibir
Estado de Minas	A caixa-preta das emendas parlamentares
Jornal do Comercio	Nos braços do povo
A Cidade	Menor infrator custa R\$7,1 mil por mês ao Estado
A Notícia	BMW marca o início das obras para dia 11
A Tarde	Dois pessoas desaparecem a cada dia em Salvador
Diário do Grande ABC	Um terço dos orçamentos da região vem de Estado e União
Folha de Londrina	Curitiba e Ponta Grossa concentram 92% dos investimentos
O Povo	Perícia errada culparia PM inocente por duplo homicídio
Pioneiro	Usar 13º para antecipar compras é um bom negócio
Zero Hora	Uso de veneno cresce três vezes mais do que lavoura

Constatamos, porém, que no segundo programa (Tabela 5) o espaço em que a mídia é destaque apareceu somente após a primeira parte do texto utilizado por Dines para contextualizar o mote da discussão, apresentar suas reflexões iniciais e introduzir o debate. Neste caso, o Editorial foi desmembrado e deu espaço ao VT que, diferente das outras edições, não foi chamado, mas integra e complementa o raciocínio.

Com 47 segundos de duração, o recurso foi composto por 14 manchetes. Deste total, três são de revistas – Carta Capital, Época e Veja – e 11 estão distribuídas entre quatro impressos: O Globo, Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, que se repetem três vezes, e O Dia, utilizado duas vezes. Se compararmos aos outros dois casos é possível perceber, pois, um realce predominante à cobertura deste assunto pela “grande mídia”, representada pelos seis maiores meios de comunicação do Brasil.

Tabela 5

PG2: A MÍDIA E AS MANIFESTAÇÕES	
VEÍCULO	MANCHETE
Carta Capital	Quem pretende parar o Brasil em 2014?
Época	Os Black Blocs sem máscara
Veja	As ameaças à Copa
O Globo	Cinegrafista é ferido em protesto no Centro do Rio
Folha de S.Paulo	Roletaço contra alta de tarifa de ônibus no Rio acaba em confronto
O Estado de S.Paulo	Cinegrafista ferido por rojão morre; suspeito é identificado
Folha de S.Paulo	País tem 1ª morte por ataque de manifestante em protesto
O Estado de S.Paulo	Acusado de matar cinegrafista foge; Beltrame sobra lei rígida em protestos
O Estado de S.Paulo	Quem é violento e esconde rosto em protesto “não é democrata”, diz Dilma
Folha de S.Paulo	Manifestante foi pago para tumultuar, diz advogado
O Dia	Um crime contra a democracia
O Globo	Advogado diz que partidos financiam vandalismo
O Globo	Vandalismo por R\$150
O Dia	“Fiz uma besteira. Matei uma pessoa.”

Alberto Dines torna-se referência ao tecer reflexões sobre o jornalismo “com autoridade” (QUEIROZ; TRECE & COUTINHO, 2013, p.227). Neste contexto, observamos que a postura crítica do profissional (e, conseqüentemente, do programa) – frente às produções e atuações jornalísticas – sobre a qual debruçamos nossa pesquisa registrou-se em PG1 e PG3 com o auxílio de VTs.

A primeira análise desenvolvida referiu-se à cobertura ineficaz por parte da mídia do discurso³⁴ da presidente Dilma Rousseff sobre os pactos políticos que encerraram a ditadura. O VT é composto por 12 imagens de matérias produzidas pelos jornais Folha de S.Paulo, O Globo, O Estado de S.Paulo, O Povo (online) e pelo Portal Último Segundo.

A mídia assanhou-se com as revelações sobre a compra e venda da refinaria de Passadina pela Petrobrás e, como sempre acontece, acabou fixada no escândalo, esquecendo de registrar fatos de grande relevância. O discurso da presidente Dilma Rousseff reafirmando a necessidade de respeitar os pactos políticos que encerraram a ditadura e garantiram a redemocratização não recebeu o merecido destaque. A inequívoca defesa da Lei da Anistia não foi valorizada pela mídia, mas foi pelos comandos das três forças militares. Dois dias depois, o Ministério da Defesa retribuiu ao comunicar que seriam investigadas sete instalações militares onde se praticou a tortura sistematicamente. Atendia, assim, ao pedido da Comissão da Verdade. É disto que precisamos: a verdade, inteira, sem disfarces ou atenuações. (DINES, 08/04/14)

³⁴ Durante seu discurso sobre os 50 anos do Golpe Militar, a presidente Dilma Rousseff sinalizou que não apoia mudanças na Lei da Anistia. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-sinaliza-que-nao-e-favoravel-a-alteracao-da-lei-da-anistia,1147383>. Acesso em 20/06/14.

Na segunda, Dines aludiu-se à autocrítica³⁵ realizada pela Folha de S.Paulo, que se desculpa pelo apoio dado ao Golpe de 64. Neste caso, O VT é introduzido por uma pequena vinheta intitulada “Boletim Chumbo Quente: 50 anos do Golpe”. O recurso possui sete imagens distribuídas entre o editorial utilizado para a retratação e matérias relacionadas à repercussão do fato em portais como SPressoSP, Jornalismo B e o próprio OI.

Enfim, a autocrítica. A Folha reconheceu que errou ao apoiar o Golpe de 64. Com atraso de seis meses em relação ao gesto precursor do Globo e 29 anos depois do fim da ditadura, o jornal fez uma mea-culpa algo minimalista relativizado, mas fez. Como prova do sincero arrependimento, deveria comprometer-se com os princípios do pluralismo e da diversidade. Pelo menos isso. (DINES, 08/04/14)

A terceira e última crítica é destinada à novela “Amor à Vida”, da Rede Globo de Televisão. O *off* é composto por imagens de três jornais impressos – O Dia, O Globo e Folha de S.Paulo –, uma revista – Veja – e três portais de notícias – Paraná Online, Diário da Manhã (online) e Portal da Globo (G1) – que repercutiram a audiência da emissora no episódio narrado por Dines.

A novela é ruim, complicada e simplória, como todas. Ao longo dos 156 capítulos anteriores, Amor à Vida jamais conseguiu produzir alguma reação mais forte na audiência da Globo. Mas na segunda-feira, 18 de novembro, a longa cena em que Félix, confrontado pelas provas do crime que cometeu, vomita todos os seus sentimentos, causou surpreendente comoção: o Ibope deu um salto e os críticos se impressionaram de tal maneira com o desempenho do ator Mateus Solano que o consideraram merecedor de um Oscar. Evidente exagero: no universo das telenovelas vale tudo, até mesmo um bom desempenho ocasional. Nos capítulos seguintes, a mesmice. Mas quem levou o Oscar da TV, o Emmy, foi a divina Fernanda Montenegro pelo desempenho no especial Doce de Mãe. (DINES, 27/11/13)

O gênero opinativo em tom crítico-reflexivo também se estabelece – quando Dines delibera sobre quatro questões distintas às centrais. O erro³⁶ nos resultados da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)³⁷, motivou a primeira consideração.

Em PG1, a narrativa se estruturou à luz de um VT composto por 12 imagens de matérias produzidas por três jornais impressos– O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, O

³⁵ O jornal assumiu, pelo editorial da edição de 30 de março de 2014, que “aos olhos de hoje, apoiar a ditadura militar foi um erro”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/158906-1964.shtml>. Acesso em 20/06/14.

³⁶ Os gráficos invertidos divulgados inicialmente revelaram que 26% dos entrevistados concordavam (total ou parcialmente) que mulheres agredidas que continuam com os parceiros gostam de apanhar e 65% aceitavam a ideia de que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971. Acesso em 20/06/14.

³⁷ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

Globo – e dois portais de notícias – Portal UOL e Portal da Globo (G1) –, acompanhadas pela fala do apresentador.

Equívocos também levam à verdade. O erro do Ipea na divulgação da pesquisa sobre a influência das roupas sensuais no estupro de mulheres acabou comprovando o preconceito. Não são 65% dos entrevistados que justificam o ataque as mulheres: são apenas 26%. Caso de perguntar: tanto assim? Numa sociedade democrática e pacífica esta opinião nem deveria ultrapassar os dois dígitos. Mesmo esses 26% indicam um potencial de brutalidade inconcebível numa sociedade que se pretende cordial e tolerante. Que venham mais pesquisas deste tipo. O Brasil precisa se conhecer, desde que as cifras sejam confiáveis. (DINES, 08/04/14)

Os 50 anos da morte³⁸ do presidente americano John Kennedy embasaram o primeiro texto de PG3, acompanhado pelo mesmo recurso audiovisual – ilustrado com oito imagens de matérias divulgadas pelos tabloides O Globo e Folha de S.Paulo e pelo portal Clarín.com –, desta vez também composto por algumas fotos e um vídeo.

O jornalismo cidadão e a Mídia Ninja não começaram na internet, são muito mais antigos. Há exatos 50 anos, Abraham Zapruder, o imigrante russo dono de uma confecção de roupas em Dallas, admirador incondicional do presidente Kennedy, resolveu filmar a carreata do seu ídolo quando passava perto da sua loja: subiu num parapeito do jardim e com uma pequena câmera de oito milímetros Bell & Howell Zoomatic e produziu o mais importante filme amador da história americana e uma das principais evidências sobre o assassinato do presidente americano. Com 486 quadros em Kodachrome e apenas 26 segundos de duração, registrou a terrível sequência com os dois tiros disparados por Lee Oswald. Zapruder, sua devoção e a sua câmera representam o reverso do ódio e do ressentimento numa página negra da história americana. (DINES, 27/11/13)

Em um segundo momento, Dines reflete sobre a polêmica que envolveu a publicação de biografias sem autorização prévia³⁹ dos personagens. O VT que acompanha sua fala possui nove reportagens produzidas pelo Portal UOL, O Povo (online) e pelos jornais O Globo e Folha de S.Paulo.

Não será difícil adivinhar o voto da relatora, a ministra Carmen Lúcia do Supremo Tribunal, sobre a questão das biografias não autorizadas. Pela organização da audiência pública da última quinta-feira, quando 15 dos 17 depoimentos foram contra a obrigatoriedade da autorização, fica nítida a impressão de que a ministra dará maior peso à plena liberdade de expressão do que ao direito à privacidade. Mesmo porque, além das três estrelas da música popular e das duas empresárias, tornou-se quase impossível mobilizar mais defensores da absurda proibição. A

³⁸ O presidente norte-americano John Kennedy foi assassinado com três tiros em 23 de novembro de 1963 quando desfilava em carro aberto em Dallas, Texas, juntamente com o governador John Connally. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_23nov1963.htm. Acesso em 20/06/14.

³⁹ Alguns artistas como Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil se uniram para protestar contra a publicação de biografias não autorizadas. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/livros/2013-10-21/entenda-a-polemica-sobre-a-publicacao-de-biografias-nao-autorizadas.html>. Acesso em 20/06/14.

unanimidade pode ser burra, como dizia Nelson Rodrigues, mas a maioria é sempre sábia. (DINES, 27/11/13)

O terceiro texto, por fim, trata do atentado⁴⁰ contra a redação do jornal francês Libération e é coberto por oito imagens de matérias produzidas por três jornais – O Globo, Folha de S.Paulo, O Dia – e dois portais – Portal da Globo (G1) e o próprio Libération (online).

Ele se diz de esquerda e anarquista: justifica o atentado contra a redação do diário Libération como protesto contra o complô fascista articulado pelos bancos e pela mídia. Antes de ser preso, o argelino escreveu uma carta em que denuncia a manipulação das massas pela mídia e depois tentou se matar. Não conseguiu. Envolvido em outro atentado terrorista há quase dez anos, o paranoico militante certamente não sabia que o Libération é um jornal assumidamente de esquerda. O delírio político produz essas coisas. (DINES, 27/11/13)

No item seguinte, analisamos a construção do discurso das fontes convidadas, sua estruturação e conteúdo, bem como a participação do telespectador nas discussões propostas.

4.2 O LUGAR DE FALA: ESTRUTURA E REFLEXÕES

Os debates nos quais se constitui o perfil do programa são introduzidos, também no primeiro bloco, através de um Editorial em que o apresentador descreve e questiona a conjuntura na qual o tema central se constroi. Em PG1, Dines ponderou por 1 minuto e 38 segundos sobre os impactos positivos da aprovação do Marco Civil da Internet no país.

As reformas demoram a ser implantadas? Somos avessos às mudanças? A máquina burocrática trava as inovações e anula os avanços? A internet nasceu no Brasil em 1995 e, agora, 19 anos depois, completou a maioria institucional com a aprovação, pelo Congresso, da sua constituição. Fomos rápidos? Somos lentos? A discussão começou formalmente há cinco anos, com os primeiros estudos e audiências públicas. A tramitação do projeto do deputado Molon levou três anos, mas antes de diagnosticar nossa velocidade reformista, convém registrar que o Marco Civil recém-aprovado é um dos mais completos do mundo. Em outras palavras: as mudanças devem ser obrigatoriamente para melhor e o melhor só se alcança com o tempo, sobretudo quando se trata de um sistema dinâmico, vivo, global, organicamente inovador e libertário. As formidáveis inovações introduzidas por Johannes Gutenberg no século XV foram decisivas para a difusão do conhecimento, mas logo neutralizadas pela censura inquisitorial. Convém não esquecer o velho ditado: o preço da liberdade é a eterna vigilância. (DINES, 08/04/14)

⁴⁰ O homem, também suspeito de atirar contra o banco Société Générale no mesmo dia, invadiu a sede do jornal Libération em 18 de novembro de 2013, atirou e deixou um fotógrafo ferido. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/fotografo-e-ferido-em-ataque-a-sede-do-jornal-liberation-na-franca-2>. Acesso em 20/06/14.

O texto seguiu-se de um VT com 6 minutos e 41 segundos composto por seis *offs* – narrados por Patrícia Terra⁴¹ – e cinco entrevistas. O recurso não foi chamado pelo apresentador e contextualizou o telespectador sobre o pioneirismo da iniciativa, explicando como, quando e porque foi criado, apresentando expectativas diante das próximas fases e discutindo pontos polêmicos do texto como os direitos e deveres de usuários e do governo, o armazenamento de dados e o princípio da neutralidade da rede.

Marivaldo Pereira, secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, apresentou a perspectiva positiva com relação à votação da proposta pelo Senado. Já Marcelo Bechara, membro do Comitê Gestor da Internet (CGI), discutiu a possibilidade da aprovação do texto no atual cenário político, associando a discussão às influências do ano eleitoral e defendendo, ainda, a garantia de uma ferramenta segura e cidadã oferecida pelo Marco Civil aos usuários de internet.

Pedro Doria, editor executivo do jornal O Globo, criticou a possibilidade do arquivamento de dados em provedores brasileiros, questionando se esta ação traria eficaz segurança aos usuários e enfatizando o custo de um investimento como esse. Doria também se apresentou favorável à neutralidade da rede e interrogou como a liberdade de expressão na internet pode se manter garantida com uma possível judicialização dos processos que envolvem a produção de conteúdo.

Marcelo Couto, diretor da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT), discutiu consequências imediatas da quebra da neutralidade das redes para os provedores regionais, como a aplicação de regras anticompetitivas por parte das grandes operadoras, enquanto Demi Getschko, conselheiro do CGI, explicou a participação da Anatel e do Comitê na tomada de decisões sobre pontuais exceções de quebra da neutralidade e deliberou sobre o peso legislativo do Marco Civil e sua atuação preventiva diante de eventuais problemas.

Na introdução ao debate de PG2, Alberto Dines apresentou uma reflexão de 2 minutos e 33 segundos acerca do contexto turbulento estabelecido pelos protestos do ano passado, apontando a morte do cinegrafista Santiago Andrade como grave consequência das ações violentas praticadas nas ruas por alguns manifestantes. Diferente dos outros dois programas, o texto editorial não foi seguido por um VT, mas intercalou-se intencionalmente com o quadro das manchetes já apresentado neste capítulo – que, como dissemos, o complementa.

⁴¹ Patrícia Terra é jornalista, atua na produção-executiva da TV Brasil e é diretora-presidente da micro-empresa “Interface Jornalismo, Publicidade e Comunicação” onde desenvolve atividades de assessoria de imprensa, produção de vídeos institucionais, reportagens para diversas mídias e comunicação corporativa. Disponível em: <http://br.linkedin.com>. Acesso em 20/06/14.

Abrimos a temporada de 2014 num ambiente mundial supercarregado. A nossa Ucrânia e a nossa Venezuela são menos violentas, mas a batalha nas ruas de nossas cidades já tirou a vida de um jornalista: Santiago Andrade, da Band, primeira morte causada por manifestantes. Mau sinal. Estamos ingressando, rapidamente, na esfera dos fatos inéditos, das coisas jamais acontecidas. Este tipo de novidade não nos convém. É melhor reverter esta tendência. As manchetes de toda a imprensa são testemunhas da situação. Quanto mais nos aproximamos da Copa do Mundo, mais aumentam as tensões. O mutirão e a empolgação que se esperavam deram lugar a um importante cronograma de conflitos. O que está errado não pode ser ignorado: as malfetorias precisam ser identificadas e punidas, mas a truculência precisa ser abortada. A primeira providência para combater este mal consiste em evitar que o debate sobre a violência seja contaminado pela própria violência. É preciso evitar, sobretudo, as armadilhas da partidarização. A severidade de São Pedro neste verão não pode ser explorada eleitoralmente. Um debate não é, por obrigação, pacificador, mas cria condições para a negociação e se a imprensa não consegue assumir seu papel de tribuna e prefere o papel de tribunal, o debate desanda. No início de fevereiro, no período em que este Observatório estava em recesso, O Globo e o deputado Marcelo Freixo, do PSOL-Rio, envolveram-se numa controvérsia felizmente em letra de forma e encerrada, por hora, pelas partes. O clima de dedo no gatilho produziu o Golpe de 1964 e ao lembrá-lo, dentro de poucas semanas, quando completará meio século, precisamos mostrar que amadurecemos, evoluímos e merecemos a democracia duramente reconquistada. (DINES, 12/03/14)

As considerações sobre a atuação da mídia na cobertura das prisões dos condenados pelo processo do Mensalão motivaram o Editorial de PG3 e duraram 2 minutos e 17 segundos. Neste caso, assim como em PG1, a fala seguiu-se de um VT não introduzido pelo apresentador, com duração de 2 minutos e 30 minutos. Composto apenas por *offs* – narrados por Paulo Garritano⁴² –, o recurso contextualizou o telespectador sobre as prisões, realizadas em novembro de 2013, apresentou a cobertura da imprensa sobre a execução dos mandados e levantou a discussão sobre a influência da espetacularização da mídia no desenrolar da história.

Apesar dos 50 anos decorridos entre os dois fatos, há um ponto para onde convergem a prisão de alguns réus da Ação Penal 470, conhecida como mensalão, e o assassinato do assassino do presidente Kennedy em Dallas. Lee Oswald foi morto ao ser apresentado pela polícia aos jornalistas, logo após a sua prisão. Na confusão armada pela legião de repórteres, fotógrafos e operadores de tevê que circulavam livremente pelo recinto da delegacia, o assassino Jack Ruby aproximou-se do acusado e o matou a queima-roupa. No relatório da comissão de inquérito presidida pelo então presidente da Suprema Corte, Earl Warren, consta expressamente uma severa crítica à complacência da polícia de Dallas ao expor desnecessariamente um suspeito entregue ao Estado para ser julgado. Aprovado o Relatório Warren, mudaram drasticamente os procedimentos policiais e carcerários americanos no tocante à presença da imprensa em detenções, julgamentos e transferência de presos. O circo judicial foi desmontado nos Estados Unidos, mas não aqui: no feriadão da

⁴² Paulo Garritano é repórter especial da TV Brasil, professor da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, coordenador do núcleo de TV da Faculdade Pinheiro Guimarães, onde também leciona, e diretor da Academia Brasileira de Televisão (ABRAV). Já trabalhou na TV Manchete e TV Globo durante a década de 1990. Disponível em: <http://www.portaldosjornalistas.com.br>. Acesso em 20/06/14.

proclamação da República, a mídia apostou forte na cobertura da apresentação dos principais acusados do mensalão – a imagem de um figurão algemado ou atrás de alguma grade compensaria qualquer custo. Mas não é assim que funciona uma democracia: nos tempos da Inquisição, o ponto alto das execuções era o auto de fé, o desfile dos penitenciados. Os condenados infringem leis, mas têm direitos que se não forem respeitados tornam inútil o aparelho judicial. Ao lembrar os 50 anos do assassinato de John Kennedy, nossa mídia deveria lembrar também o carnaval que produziu a execução sumária de seu assassino. (DINES, 27/11/13)

As discussões do OI na TV são promovidas sob a perspectiva dos pontos de vista de três participantes convidados. O primeiro programa recebeu o relator do projeto de lei do Marco Civil da Internet na Câmara dos Deputados, Alessandro Molon, o jornalista Caio Túlio Costa, e o consultor do CGI, Carlos Affonso Souza. O segundo contou a participação do fundador da Mídia Ninja, Bruno Torturra, do jornalista Muniz Sodré, e da filósofa Viviane Mosé. A terceira edição do Observatório analisada entrevistou o colunista da Folha de S.Paulo, Janio de Freitas, o diretor da Sucursal de O Estado de S.Paulo, Marcelo Beraba, e o articulista da Folha de S.Paulo, Marcelo Coelho.

A identificação dos participantes deu-se de forma diferenciada ao padrão telejornalístico. Ao tomarem a palavra pela primeira vez, creditou-se cada um deles com o nome, a(s) profissão(ões) citada(s) no texto inicial do programa e a cidade onde estavam. Notamos, no entanto, que o OI qualifica os personagens que compõem o debate ao apresentar ao telespectador – através do recurso de uma tarja em movimento – outras capacitações e marcos profissionais dos convidados.

Alessandro Molon é advogado, mestre em História, professor de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara do projeto de lei do Marco Civil da Internet. Caio Túlio Costa, que trabalhou na Folha de S.Paulo, é o primeiro *ombudsman* da imprensa brasileira, consultor de mídias digitais, professor de Ética Jornalística e um dos fundadores e diretor geral do UOL. Carlos Affonso Souza é diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS), com foco de pesquisa em tecnologia e direitos fundamentais, doutor em Direito Civil na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde leciona, e também professor da PUC-Rio.

Bruno Torturra, um dos fundadores da Mídia Ninja e do Pós-TV, foi repórter e diretor de redação da Revista Trip, onde trabalhou por 11 anos. Muniz Sodré é mestre em Sociologia da Informação e Comunicação, doutor em Letras, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), autor de mais de 30 livros sobre Comunicação e Cultura e ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional. Viviane Mosé é doutora em Filosofia pela

UFRJ, especialista em Elaboração de Políticas Públicas no MBA em Gestão do Conhecimento da COPPE-UFRJ e comentarista da Rádio CBN.

Janio de Freitas, atual jornalista da Folha de S.Paulo, editou e dirigiu o Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Última Hora do Rio de Janeiro e recebeu, entre outros prêmios, o “Esso” e o Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha. Marcelo Beraba é diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), trabalhou em O Globo, Jornal do Brasil e TV Globo e, na Folha de S.Paulo, foi secretário de redação, diretor da Sucursal do Rio e *ombudsman*. Marcelo Coelho, por fim, mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), assina uma coluna semanal no caderno Ilustrada, da Folha de S. Paulo, é membro do conselho editorial e já trabalhou no mesmo jornal como editorialista.

O público também tem espaço definido no OI na TV. Logo no primeiro bloco, antes que o debate seja introduzido pelo editorial, Dines fica responsável por convidar o telespectador para participar ao vivo do programa enviando perguntas pelo telefone (gratuito) ou pelas redes sociais. Notamos, entretanto, que a interatividade com o telespectador se manteve por um recurso gráfico que rerepresentava o número do telefone e o link das páginas da internet através dos quais o mesmo poderia participar: neste contexto, o OI fez 11 convites durante a fala de sete dos nove convidados.

Ao todo, 13 telespectadores participaram dos programas que analisamos, sendo que 12 apareceram no segundo e no terceiro bloco, predominantemente. Deste total, cinco foram perguntas direcionadas por Dines para que as fontes do estúdio deliberassem sobre as questões. Em PG1, Alberto Ribeiro interrogou como o Marco Civil pode garantir a segurança dos dados dos usuários brasileiros e foi atendido por Caio Túlio Costa, enquanto Diego Messias levantou a problemática de como o projeto garante o acesso à internet banda larga, dirigida a Alessandro Molon.

Em PG2, Maitê Knupp questionou se os entrevistados achavam interessante que manifestações acontecessem durante a Copa, e obteve a resposta dos três convidados. Em PG3, Maria Adelaide Silva quis saber qual a influência da cobertura da mídia na formação da opinião pública sobre o processo do Mensalão, respondida por Marcelo Coelho, e Moisés Santos questionou como fica a situação do repórter que não concorda com o direcionamento da empresa jornalística para a qual trabalha. A questão foi analisada por Marcelo Beraba e, novamente, por Coelho. Neste caso e pela única vez, a pergunta foi colocada na tela enquanto Dines a narrava.

Outros oito participantes enviaram suas opiniões acerca dos temas propostos. Estes comentários, distribuídos pelos debates do segundo e do terceiro programa, surgiram na tela

através de uma tarja em movimento. O recurso apareceu pela primeira vez em PG2 (Tabela 6), quando contabilizamos seis deles e observamos que o mesmo informava o meio pelo qual os textos haviam sido enviados e, em um caso, o município. Já em PG3 registramos apenas dois, por sua vez acompanhados somente pela cidade de origem do telespectador (Tabela 7).

Tabela 6

NOME DO TELESPECTADOR	MÍDIA UTILIZADA	COMENTÁRIO
João Varollo	Facebook	“O Poder Público é o grande e único culpado disso tudo. Os manifestantes estão certos, porém miram em alvos errados.”
Marco Milani	Twitter	“Muniz Sodré foi direto ao ponto na questão das manifestações e da política atual: o que falta é debate e sobram emoções.”
Sophia Wolf	Facebook	“Qualquer manifestação é legítima, ainda que ofenda ou calunie alguém, para isso existe a Justiça. Reprimir o povo nas manifestações é que é uma violência contra a liberdade de expressão da pessoa cidadã.”
Jovecir Santiago Freire	Telefone	“O que ocorre é a falta de informação da própria imprensa e a falta de pauta dos manifestantes.”
Maria Souza	Facebook	“Quando é mencionado que as universidades deveriam participar mais dos assuntos que envolvem a comunidade, elas precisam sair dos seus muros ultrapassar e conviver mais com a comunidade.”
Maria Adelaide Silva	Facebook	“Concordo que não houve objetividade nas manifestações, foram várias reivindicações colocadas todas juntas, sem pautas claras. Mas será que a força que as manifestações ganharam não teve uma máquina política por trás?”

Tabela 7

NOME DO TELESPECTADOR	CIDADE – UF	COMENTÁRIO
Lino Laureate	Brasília – DF	“Esse sensacionalismo da imprensa acontece no dia a dia, quando presos por pequenos delitos são humilhados, em alguns programas.”
Francisco de Assis Machado	Patos de Minas – MG	“A mídia está dando um tratamento diferenciado ao mensalão propriamente dito e ao mensalão mineiro.”

Com relação ao espaço cênico e à disposição de marcadores cenográficos que pudessem relacionar os conteúdos veiculados a um determinado gênero televisivo, observamos que nos três programas todos os participantes permanecem sentados “em meia-lua”, quando juntos no estúdio. Não há sem qualquer balcão de apoio, como característico das “mesas redondas”, mas a disposição dos falantes sugere a constituição de um espaço, esfera ainda que parcial de discussão.

A seguir apresenta-se cada um dos programas analisados de forma mais detalhada, destacando-se as variáveis observadas.

4.2.1 Marco Civil da Internet

Em PG1, o apresentador esteve no mesmo cenário por toda a gravação e sua fala, dividida entre duas câmeras, variou entre o plano médio (PM) e o primeiro plano (PP). Alessandro, que estava em Brasília, e Caio Túlio, em São Paulo, foram enquadrados em plano médio (PM) por apenas uma câmera, para a qual olhavam ao falar. O enquadramento de Carlos Affonso, presente no Rio de Janeiro com Dines, se deu entre duas câmeras e variou entre o plano geral (PG), o plano aberto (PA) e o plano médio (PM).

Durante esta edição, 11 perguntas foram feitas aos debatedores, dirigidas em ordem alfabética. Cada um respondeu uma questão no primeiro e no segundo blocos; no terceiro, Alessandro Molon e Carlos Affonso responderam duas, enquanto Caio Túlio se manteve com uma. Dines é, nitidamente, o intermediário e condutor: as questões foram feitas unicamente por ele. Ainda que um dos participantes questionasse outro durante suas ponderações, era o apresentador quem tomava a palavra e a repassava para o próximo da “fila alfabética”, quando não mudava o tópico da discussão. O questionado só responderia se estivesse na sua vez e com autorização do mediador.

O debate sobre o Marco Civil da Internet se iniciou com Molon, que apresentou, a pedido de Dines, o contexto da tramitação do projeto no Senado. O deputado explicou que os direitos autorais não foram tratados pela complexidade do tema, mas que os mesmos serão discutidos em uma possível reforma da legislação específica, ressaltando que o texto não altera a disciplina destes direitos na rede. Alessandro esclareceu, ainda, que o projeto responsabiliza⁴³ os provedores por conteúdos gerados por terceiros apenas diante de uma decisão judiciária, o que ofereceria mais espaço à liberdade de expressão e segurança jurídica aos comentários. O parlamentar destacou que a regra não se aplica ao material jornalístico por ser considerado conteúdo próprio.

Para Molon, o Marco Civil é um projeto de princípios que garante a liberdade de acesso dos usuários, a ampla liberdade de expressão, a privacidade, o direito à qualidade contratada de internet e o apontamento de diretrizes de inclusão digital ao poder público, tarefa, segundo ele, “árdua, mas necessária”, que depende de investimentos, infraestrutura e uniões favoráveis entre governo, estados e municípios. Alessandro afirmou que este é um avanço no processo legislativo brasileiro e destacou a importância de leis mais participativas, colaborativas, que envolvam a sociedade – inclusive a imprensa –, garantindo um diálogo eficaz e dando mais transparência ao trabalho do Senado.

Caio Túlio, por sua vez, parabenizou o deputado pela forma como ele conduziu o projeto, considerado o grande diferencial do Brasil com relação à comunidade internacional. Ele acredita que o texto possui pontos positivos em número muito maior do que os negativos, destacando a garantia da neutralidade, mas demonstrou-se preocupado com a criação de juizados especiais que decidirão o rumo dos conteúdos publicados por terceiros, levantando a problemática de uma possível censura à imprensa. A inquietação é provável diante de decisões “absolutamente liminares e muitas vezes injustas” com relação a qualquer conteúdo jornalístico a partir do paradoxo criado pela própria internet, que redefine a figura do jornalista e o poder de mídia do cidadão ao colocar o trabalho deste profissional na web “par a par” com informações, opiniões ou comentários de qualquer usuário ou instituição.

Ao ser questionado por um telespectador como o Marco Civil pode garantir a segurança dos dados dos usuários brasileiros, Caio iniciou sua fala afirmando não se considerar a pessoa ideal para respondê-la, mas prosseguiu dizendo que a lei protege o cidadão na medida em que abrange todo o território nacional. Ele enfatizou, todavia, que a segurança dos dados é relativa e independe de onde os *datacenters* estão instalados por serem

⁴³ Atualmente, aquele que se sente lesado notifica o provedor e informa que o mesmo responderá em um futuro processo judicial por danos causados pela publicização do conteúdo indesejado caso ele não seja removido.

vulneráveis à invasão e captura de arquivos de forma ilícita, descartou a possibilidade (já rejeitada) de instalá-los no país e ilustrou sua fala com o polêmico vazamento de arquivos norte-americanos na web.

Foi apenas no terceiro bloco que Dines se referiu ao exemplo dado por Caio ao introduzir um VT que aborda como a mídia internacional cobriu a aprovação do projeto. No vídeo, de 1 minuto e 56 segundos, a jornalista Daniela Traldi, apresentada por ele como “correspondente”, pontuou os aspectos destacados pelos principais veículos de comunicação dos Estados Unidos (EUA), como a ampliação da legislação brasileira sobre os serviços de internet no mundo e a neutralidade da rede, mas frisou a polêmica hegemonia de administração da rede pelos americanos questionada, principalmente, após as denúncias de espionagem, e afirmou que Obama pretende “fazer as pazes com as nações amigas” com a democratização do domínio virtual.

Caio frisou que o “mal-estar” criado pelas revelações de monitoramento por parte dos Estados Unidos precisa ser resolvido, mas apontou “certa dose de hipocrisia” por parte de governos mais poderosos no tratamento e julgamento das ações norte-americanas na medida em que, segundo ele, “todos espionam todo o mundo”. Ainda que receoso pelo controle em mãos erradas e autoritárias, para o jornalista, a intenção de Obama de entregar a administração da rede para outros países ou entidade supranacional é “sensata” e pode ajudá-lo a melhorar a imagem dos EUA.

Na visão de Carlos Affonso, a possível judicialização dos processos de análise de conteúdo sempre foi um dos pontos controversos do Marco Civil. Além de retomar um pouco da origem da discussão do texto com participação democrática e efetiva da sociedade através da própria internet, ele refletiu sobre os efeitos dessa decisão para o poder judiciário, lançado em um desafio de agilidade e compreensão dos detalhes técnicos da retirada de um conteúdo da web. Para o consultor do CGI, o importante é que o Marco seja um vigilante de leis futuras e sirva como suporte para novas regulamentações (como a própria Lei de Direitos Autorais) baseando-se, sempre, nos direitos humanos.

O consultor também respondeu à pergunta do telespectador feita a Caio, sobre a segurança de dados dos usuários brasileiros. Carlos explicou que o Marco Civil trabalha sob vários regimes de regulação de coleta, armazenamento e utilização de dados e destacou o paradoxo criado entre a rede global da internet e as jurisdições nacionais. Segundo ele, no que diz respeito ao acesso de dados de usuários (assim como à remoção de conteúdo e ao registro de nome de domínio), a jurisdição é contestada quando o mesmo utiliza serviços prestados por

empresas sediadas em outros países através de ferramentas que determinam que seus Termos de Uso e as Políticas de Privacidade são regidos pelas leis norte-americanas.

A soma de duração deste primeiro debate equivale-se a 36 minutos e 24 segundos. Vale ressaltar que o segundo bloco iniciou-se com um VT de 2 minutos e 04 segundos composto por apenas uma entrevista com o relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para Liberdade de Expressão, Frank la Rue, que tratou da importância do Marco Civil brasileiro. Para ele, a internet deve se caracterizar e ser regida por cinco princípios básicos: os direitos humanos (elemento comum ao mundo inteiro); a liberdade de pensamentos (tornando-se uma ferramenta democrática); a universalidade de acesso (sem limitá-lo à elite técnica ou econômica); a diversidade cultural (abrangendo todos os idiomas e formas de escritura); e, por fim, a neutralidade.

4.2.2 A mídia e as manifestações

Retomando a análise estrutural, o apresentador não esteve no mesmo cenário em PG2, aparecendo inicialmente em uma bancada (com três jornais impressos dobrados, um roteiro, uma caneta e uma caneca, e, logo atrás, uma TV com o logotipo do OI). A mudança de ambiente se deu através da utilização do recurso audiovisual de transição. Sua fala se manteve dividida entre duas câmeras, variando entre o plano médio (PM) e o primeiro plano (PP). Bruno, que estava em São Paulo, foi enquadrado por apenas uma câmera, para a qual olhava ao falar, em plano médio (PM). O enquadramento de Muniz Sodré e Viviane, presentes no estúdio, se deu entre duas câmeras e variou entre o plano aberto (PA) e o plano médio (PM).

Por intermédio de Dines, 15 questões foram levantadas nesta edição. Bruno Torturra respondeu sete delas, enquanto seis foram direcionadas a Muniz Sodré e três à Viviane Mosé, número relativamente baixo se comparado aos outros dois participantes. Nesse caso, a redução de perguntas explica-se pelo fato de que a filósofa respondeu cinco delas indiretamente, ou seja, participou do lugar de fala de outro convidado, complementando ou objetando raciocínios, assim como fez Sodré em um dos questionamentos. É neste contexto sem interrupções do apresentador que conseguimos observar um efetivo diálogo entre os participantes. Notamos, ainda, que a discussão construiu-se menos roteirizada, com mais liberdade, conforme as perspectivas e demandas de cada posicionamento.

As argumentações tiveram início com a análise de Viviane sobre o panorama das manifestações sociais. O momento, segundo ela, é de mudança de mídias e os diferenciais trazidos pela internet estabeleceram novas relações sociais, facilitando o encontro de pessoas

e, neste caso, o “encontro da indignação” dos brasileiros com o sistema político. Mosé criticou, no entanto, a forma como os protestos se organizaram, na medida em que nunca houve um conceito bem definido do que se estava contestando: tinha-se, portanto, na visão da filósofa, dois milhões de pessoas nas ruas sem alvo, sem objetivo.

De acordo com a convidada, a imprensa espetacularizou os fatos durante as coberturas e não refletiu sobre o que noticiava em momento algum, ou seja, a mídia não assumiu uma visão crítica do grupo de dois milhões de pessoas composto por todos os tipos de caráter. No fim – que se deu rápido, pela falta de objetivos –, apenas um grupo pequeno e altamente manipulável restou. Para Mosé, os atos de vandalismo, presentes desde o início, somados ao despreparo das forças de segurança pública geraram os conflitos noticiados, e, nesta conjuntura, o número de mortes e desastres não foi maior por mero acaso.

Para Viviane, a violência é realmente fundante – como deliberou Muniz Sodré – por ser a base da vida, da natureza. Nesse sentido, quando ações violentas aparecem sem os limites morais criados para tentar contê-las, principalmente em grupos, tornam-se “extremamente perigosas”. A filósofa também acredita que falta investimento humano em conhecimento, em bagagem suficiente para se cobrar mudanças, ou seja, não basta afirmar que precisam ser feitas, mas conhecer o atual contexto de cada uma delas, apontar expectativas e possíveis soluções.

Esta falha, de acordo com Mosé, acontece especialmente na web: quando há grande aprovação e compartilhamento de ideias sem ponderações, qualquer um que pense o contrário é criticado, não havendo um debate democrático. Viviane deixou claro que este cenário se constrói pelas redes sociais e pelas pessoas que nelas atuam, e não pela internet em si, que é apenas um suporte. Ela destacou que o século XX não estimulou o pensamento crítico, mas investiu potencialmente em uma tecnologia capaz de nos devolver a oportunidade de reflexão, o que, de fato, não acontece: há, portanto, opções por pontos de vista conforme afetos e desafetos, e não “articulações de possibilidades”. É preciso, pois, “reaprender a fazer política”.

Com relação à possibilidade de manifestações durante a Copa, Viviane disse não acreditar que elas pudessem acontecer e afirmou esperar uma grande festa, defendendo a ideia de que não queremos apenas educação e saúde, mas também diversão. Segundo ela, o futebol é uma paixão nacional e é direito do cidadão brasileiro ser o anfitrião de uma Copa do Mundo “maravilhosa”, com alegria e comemoração. Outra coisa, entretanto, é pensar na corrupção pública que envolve a estruturação da Copa e a construção de estádios, por exemplo.

Muniz Sodré iniciou sua participação deliberando sobre a liberdade de imprensa como mediadora do tensionamento social e natural gerado pelo regime vigente. Na visão do escritor, no atual (e eletrônico) contexto comunicacional, não se tem mais uma democracia de opiniões, mas talvez “de emoções”. Neste novo viés democrático, segundo ele, não há o interesse na argumentação, na reflexão, mas na manifestação de sentimentos.

Na falta das palavras “em um momento experimental” como nos protestos, a violência torna-se uma “contralinguagem ambígua, perigosa” e que, uma vez adotada como ponto de partida, não provoca “acidentes”. Esta “fricção gerada pela democracia das emoções” – compreensível, mas jamais justificável – assume um “caráter fundacional” ao gerar certa sociabilidade. Para Sodré, a violência dos manifestantes foi, portanto, “infantil”, assim como é uma criança ao aprender a andar ou ao descobrir um brinquedo.

Assim como em PG1, um VT de 2 minutos e 34 segundos com uma única entrevista inicia o segundo bloco de PG2. Não há *offs*, mas há imagens (como as do momento em que o cinegrafista Santiago Andrade foi ferido) que cobrem a fala do entrevistado Marcelo Freixo, deputado estadual do PSOL – RJ. Para ele, a proporção dos protestos revelou e socializou a polícia que sempre tivemos, mas que agia violentamente apenas em guetos, favelas, periferias e a escalada de violência de alguns setores dessas manifestações foi uma reação a este comportamento.

Na opinião do parlamentar, a luta política precisa ser “pedagógica, de convencimento”. Freixo defendeu a legitimidade das pautas apresentadas pelos manifestantes e afirmou que poucas foram atendidas. Para o deputado, os protestos aconteceram com razões, mas o comportamento do Estado e as características de cada um são imprevisíveis. Marcelo condenou o uso da violência como método, já que ações agressivas diminuem as chances de mudanças concretas.

Com relação à cobertura da mídia, Freixo deliberou sobre os interesses privados de alguns veículos de comunicação, mas condenou a hostilidade aos profissionais que estão nas ruas buscando exercendo suas funções. Além disso, segundo ele, o assunto da violência tem que ser tratado, mas não pode ser utilizado para criminalizar o movimento em favor de qualquer governo. Os debates, por sua vez produzidos pela imprensa, se limitaram – quando existiram – aos confrontos entre Black Blocs e a polícia, enquanto outras pautas foram esquecidas, muitas vezes, pela defesa de particularidades organizacionais.

O debate é retomado com a fala de Muniz Sodré sobre a postura do deputado definida por ele como “conciliatória” e “razoável”, mas falha na medida em que o deputado não pontua, concretamente, onde e quais pautas não foram atendidas. Para o jornalista, estas

precisam de um lugar próprio para serem construídas diferente daquele “institucionalizado democraticamente, mas combatido”. O professor concordou com Dines ao afirmar que talvez seja a hora de colocar as universidades como fóruns efetivamente capazes de repercutir questões nacionais e urbanas importantes, sendo as ruas apenas pontos de partida.

Sodré se referiu, em determinado momento, à intenção de John Dewey – filósofo e educador americano – de contestar o Jornalismo como “conversa social” capaz de trazer temas para o debate público, e não somente uma simples produção e recepção de conteúdo. Para o sociólogo, as redes sociais, ainda “na infância”, podem se tornar espaços para esta conversa, e só então a atual polarização de ideias mencionada por Viviane poderá ser substituída pela “polinização”, fazendo “florescer” opiniões diversas. Esta reflexão, por sua vez, segundo ele, é universitária, política e não partidária.

Muniz revelou desejar que as possíveis manifestações organizadas durante a Copa do Mundo prestassem atenção nos índices de precariedade de saneamento básico e da carência educacional, por exemplo. Para ele, protestos em pesar ao assassinato de policiais seriam bem-vindos, já que a profissão é “dura” e “mal paga”, mesmo que os profissionais sejam “violentos e mal educados na maioria das vezes”. Sodré também discordou da forma como os estádios foram construídos e disse não acreditar que manifestações contra o evento pudessem superar a festa.

Bruno começou afirmando temer que “a profecia” de um grande conflito violento na Copa do Mundo realmente acontecesse e foi enfático ao afirmar que a narrativa da mídia sempre foi “condenatória” até a polícia de São Paulo começar a “atacar brutalmente” os manifestantes. A partir deste momento, de acordo com o fundador da Mídia Ninja, a imprensa percebeu que não poderia ir contra a opinião pública que se mostrava indignada com a violência dirigida à população. Segundo ele, que “estava na rua desde o começo”, havia, principalmente no início, “uma consciência política, uma causa muito clara e uma disciplina muito grande na maioria esmagadora das pessoas”. Neste sentido, o caso de Santiago Andrade foi “um acidente”.

Bruno esclareceu que jamais tentou justificar o incidente contra o cinegrafista, frisando que o culpado precisa ser responsabilizado. Para ele, contudo, não é justo comparar este caso com a violência institucionalizada do Estado, que atira “indiscriminadamente” em pessoas indefesas. Nesta perspectiva, foi realmente por acaso que mais gente não morreu nas ruas em função da ação policial. Na visão de Torturra, uma coisa é atuar contra casos pontuais, como um jovem que atira objetos contra a polícia, e outra contra “pessoas

indefesas” que estão “de forma responsável ou irresponsável” exercendo o direito de livre manifestação.

Para Bruno, as opiniões sobre a forma como as pessoas devem se portar nas ruas são diferentes e legítimas, mas a polícia, independente disto, deve garantir a ordem, a segurança e não a repressão. O Mídia Ninja também se colocou contra qualquer tipo de violência, inclusive a dos manifestantes, mas frisou que se discute pouco a praticada pelo Estado, o que acaba por “colocar o sangue nas mãos da própria sociedade”. Bruno citou os 50 anos do Golpe Militar e disse acreditar que as forças armadas reagem desta forma agressiva porque a democracia ainda “é jovem”.

O ex-repórter e diretor de redação da Revista Trip concordou com a afirmação de Dines sobre o papel crucial da imprensa neste contexto e sua obrigação de representar todas as vozes objetivamente. A dificuldade de imparcialidade aparece, então, segundo ele, quando a própria (e grande) mídia torna-se alvo das manifestações “e refém de suas próprias coberturas”. Para Bruno, as reflexões originadas pelas universidades estão na rede, plataforma capaz de proporcionar um debate efetivo sobre os próximos passos da democracia, mas explicitou preocupação diante da violência e polarização das narrativas.

O jornalista crê que a falta de reflexão seja “um denominador comum” da massa de todos os tempos, que sempre opinou conforme emoções e com pouca racionalidade. Entretanto, para ele, nos últimos 15 anos, a facilidade de se expressar é maior e, portanto, natural que a maioria não tenha pensamentos tão articulados. Segundo Torturra, novos pensamentos surgem diante da atual facilidade de acesso às informações e, por isso, ele espera que as opiniões se sofisticem para que a reflexão se torne um pouco mais complexa, acreditando que o ambiente violento e as dificuldades tecnológicas de organização de conteúdo na rede atrapalhem este processo.

Bruno definiu a Copa do Mundo como um “megaevento”, “uma privatização do espaço público”. Torturra afirmou esperar, como Muniz Sodré, que manifestações pacíficas acontecessem durante os jogos sem colocar em risco aqueles que desejam se divertir e não se preocupam com política. Para o Mídia Ninja, protestos como estes iriam revelar que boa parte dos brasileiros não está feliz com esta Copa, enfatizando mesmo assim não esperar que não fosse realizada.

O jornalista afirmou concordar que houve, algumas vezes, falta de foco durante as manifestações, mas levantou a hipótese de que isso seja “miopia de quem está olhando de fora”. Segundo ele, pautas específicas surgiram, como as que protestavam contra o aumento da tarifa de ônibus no Rio ou as dos garis. Para Bruno, o caráter novo dos protestos, no

entanto, poderia influenciar na visão “vaga” de suas lideranças e motivações. Ao todo, a discussão promovida nesta edição teve duração de 41 minutos e 24 segundos.

4.2.3. A mídia e o Mensalão

Por fim, em PG3, Alberto Dines muda de cenário como no segundo programa, mas neste caso a troca aconteceu durante o VT transmitido após o texto de introdução ao debate. Seus enquadramentos permaneceram os mesmos, enquanto os de Janio de Freitas e Marcelo Beraba, sentados ao lado de Alberto, no Rio de Janeiro, se deram entre duas câmeras e variaram entre o plano aberto (PA) e o plano médio (PM). Marcelo Coelho, por sua vez no estúdio de São Paulo, foi enquadrado em plano médio (PM) por apenas uma câmera, para a qual olhava ao falar.

O debate de 48 minutos e 37 segundos foi motivado por 12 perguntas, sendo três dirigidas a Janio, cinco a Beraba e quatro a Coelho, intercaladas nesta ordem na maioria esmagadora das vezes. As ponderações se iniciaram com a opinião de Janio sobre “o carnaval midiático na cobertura das prisões” apontado por Dines. Para o colunista da Folha, a busca pelo sensacionalismo, principalmente da TV, e a “evidente indisposição” da imprensa a tudo que se refira ao Partido dos Trabalhadores (PT) são fatores que, combinados, geraram uma “conjugação lamentável, mas bem-sucedida” para aqueles que buscavam um excedente à notícia.

Neste caso em particular, segundo o jornalista, é preciso distinguir dois fatores: a “postura espetacular” dos canais de TV – justificável pelo envolvimento de pessoas de classe social e inserção política elevada –, e a conduta da mídia no decorrer de todo o processo. Para Janio, a tevê fez uma “cobertura própria”, talvez até exagerada, ainda que factual e jornalística, mas a cobertura da imprensa, desde o início, teve uma “conotação ideológica nítida” na medida em que os fatos, por si só, tinham uma tendência a influenciar pontos de vista por envolverem o PT, Dirceu e “por extensão”, Genoíno, visto com “muita simpatia” pela sua história pessoal e política, além de ser um “deputado de muito boa qualidade”.

Janio acredita que a não pluralidade da imprensa foi a questão central no tratamento dado ao caso do Mensalão, o que, segundo ele, fortaleceu uma prevalência doutrinária ideológica. Para ele, faltou material suficiente para que o público leitor e telespectador se tornasse capaz de responder suas próprias dúvidas. Na visão do colunista, estes aspectos foram fundamentais para que prevalecessem más disposições e se pensasse que nem sempre a

condução do processo se deu de forma “fria, equilibrada, sensata, madura, adulta e à política” no Supremo Tribunal Federal (STF).

Mesmo acreditando que os jornais impressos tenham promovido uma “rara” cobertura “sóbria” dos fatos, Janio assumiu ter esperanças de que a mídia faça um balanço de seu trabalho ainda que dentro das próprias redações, mas revelou não ser otimista com relação a resultados positivos, na medida em que já houve experiências equivalentes em que o avanço – quando registrado – foi muito lento. Ainda que este progresso aconteça, a imprensa tende a retroceder tecnicamente de forma “profunda, intensa e perigosa”.

Para Coelho, a característica “circense” atribuída à atuação midiática durante o processo “é forte” e pode ser aplicada aos bate-bocas ocorridos durante as sessões do STF, ressaltando que, em alguns casos, o espetáculo foi gerado pelos próprios ministros e não somente pela imprensa. Na opinião do jornalista, o “mais espetacular” na cobertura das prisões não foi ver Dirceu e Genoíno algemados, mas de braços levantados, com punhos cerrados, demonstrando “combatividade e convicção”. Este fato, segundo ele, independe do posicionamento do jornal e seria mostrado de qualquer forma.

Na visão de Marcelo, a opinião pública tem uma “sede sanguinária” no que diz respeito a qualquer político que esteja em “maus lençóis”. Segundo o colunista da Folha, excessos ocorreram por alguns articulistas e comentaristas, mas a divisão da opinião pública foi nítida e aconteceu em três teses: para uma, não houve escândalo; para outra houve, mas como todos os outros; e para a última o escândalo do PT foi maior do que os já registrados. Segundo Coelho, a cobertura não influenciou na formação desta opinião porque se a mídia tivesse este poder específico de direcionamento, os pontos de vista não seriam tão diversos.

Para ele, o PT, que por muito tempo consistiu-se como uma “força implacável de denúncias”, foi julgado com a mesma severidade que empregava ao ajuizar escândalos alheios, como durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Mesmo reconhecendo, como Janio, que exista uma inclinação doutrinária dos grandes jornais contrária às teses que o PT defende, Coelho não concorda que tenha havido uma “violência” diferente da que o próprio partido sempre utilizou.

Coelho também deliberou sobre a imposição de linhas editoriais aos jornalistas pelo meio de comunicação em que trabalham. Para Marcelo, isto realmente acontece, mas poderia ser minimizado se houvesse uma preocupação maior com o contraditório. Na maioria das notícias, conforme a análise do jornalista, o “outro lado” – a opinião divergente –, é “mal dado, mal explicado, sem muita fundamentação”, principalmente em casos de denúncias. É preciso, pois, um tratamento “ponderado, pausado, demorado”.

Já para Beraba, o repórter tem a obrigação de expor suas divergências e o editor tem a obrigação de deixar claras as razões pelas quais pede uma pauta, pois as objeções podem ou não fazer sentido. Em casos de discordância, cabe ao repórter decidir como vai seguir, mas a franqueza de valores da empresa e a forma como estes serão concretizados pelo editor são importantes na relação, ainda que haja momentos de tensão (naturais). Vale ressaltar que Beraba ficou um pouco constrangido apresentar pontos de vista diferente dos outros, mas Dines o tranquilizou afirmando que o OI na TV é um espaço, de fato, para apresentar visões individuais.

O jornalista explicou, ainda, que tenta distinguir as atuações da imprensa, da Polícia Federal (PF) e do STF durante suas análises, mas frisou não deixar de considerar que possíveis excessos tenham ocorrido e precisem ser criticados. Beraba destacou, também, que a escolha do dia 15 de novembro facilitou a cobertura intensiva por ser feriado, um dia habitualmente “sem notícia”. Para ele, a própria política se transformou em espetáculo e, em sua opinião, a cobertura das prisões feita pelos impressos foi “ponderada”, com “certa neutralidade”, apontando que talvez o problema tenha sido na cobertura televisiva.

Para o diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o partidário faz parte da história dos meios de comunicação, ainda que alguns tenham “evoluído”, tentando tornar-se mais ponderados, equilibrados, trazendo informações e opiniões diversas. No caso dos impressos, segundo Marcelo, a tentativa foi cercar-se de pessoas que os ajudariam em suas deficiências, o que acabou gerando dependências financeiras que influenciam, de certa maneira, nas linhas editoriais.

Em contraponto à opinião dos outros dois convidados, ele acredita que a mídia brasileira tem feito “um grande esforço” para apresentar contraditórios em suas coberturas com a intenção de expor diferentes opiniões. Para Marcelo, o exercício da reflexão acontece quando vários artigos trazem pontos de vista diferentes, tentando pensar com alguma profundidade. Beraba finalizou sua fala reiterando que, como profissional integrante da mídia, trabalha na busca pelo pluralismo.

Pontuamos, no capítulo anterior, os estudos de gênero realizados por Melo e Aronchi de Souza. Percebemos que o primeiro insere em sua categorização um grupo de prática do jornalismo opinativo, composto por artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas e cartas – quando em meio impresso –, mas também por editoriais e comentários, aspectos potencialmente aplicáveis em outras mídias, como demonstramos em nosso estudo do SBT Brasil. No que diz respeito à produção específica de TV, o segundo autor, por vez, não insere

a narrativa opinativa em sua classificação, mas coloca o debate como gênero da categoria informação.

Ora, se convergirmos estas duas reflexões em direção à nossa análise empírica, podemos pensar no Observatório da Imprensa como um programa tão informativo quanto opinativo, na medida em que é composto, essencialmente, por ambos os aspectos flexíveis e adaptáveis de Melo: os textos editoriais – e fundamentalmente críticos – de Alberto Dines e os comentários reflexivos dos participantes e do público acerca da temática central proposta para os debates. Constatamos, então, que a opinião é intencionalmente exercida durante todo OI na TV e faz parte do discurso interpretativo característico do programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propomos a observar se o programa de TV do Observatório da Imprensa assume um real caráter analítico-interpretativo da mídia a partir de um discurso opinativo. Ao deliberarmos sobre os dispositivos sociais mencionados por Braga, levantamos reflexões acerca da necessidade de mudanças no consolidado – e simplório – processo de produção e recepção. A relação entre mídia e sociedade precisa tornar-se de fato dialógica e ultrapassar os limites da comunicação unilateral, onde a parte (*media*) não mais restringirá o todo (*mass*) a ocupar uma função previamente estabelecida e reduzida. A partir do terceiro sistema apontado pelo mesmo autor, podemos pensar em efetiva interação social-midiática quando a própria sociedade se organiza para integrar-se à sua parte, ou seja, à mídia.

A crítica surge, neste contexto, como narrativa característica deste sistema de resposta social e observatórios, por sua vez, tornam-se agentes fiscalizadores potencialmente capazes de monitorar a atuação dos meios, apontar equívocos e indicar possíveis soluções para o conteúdo oferecido que não se enquadra nas expectativas deontológicas e sociais. Como visto, nosso estudo iniciou-se com a análise quali-quantitativa da atuação da sociedade acadêmica nesta conversação direcionadora. Com o levantamento, constatamos que os observatórios não ganham destaque nas investigações como objeto de estudo, mas as pesquisas acabam por assumir a função de observatórios ao pontuar e sugerir aperfeiçoamentos em determinados produtos noticiosos.

Para Silva e Soares (2013), os estudos acadêmicos sobre teorias de procedimentos de crítica de mídia no Brasil ainda “são frágeis”, mas no universo midiático, a televisão tem se destacado como meio que mais provoca críticas sobre os seus produtos e processos de produção, recepção e interação social. A afirmação das autoras corrobora nossa opção pela análise do espaço televisivo destinado ao exercício da opinião e da reflexão. Se pensarmos na TV pública como alternativa à comercial, espera-se que o conteúdo por ela oferecido seja fundamentado na pluralidade e na profundidade das abordagens para o estabelecimento de um legítimo compromisso com a democratização da informação. Neste sentido, enxergamos o programa de tevê do Observatório da Imprensa como objeto ideal para o estudo do potencial opinativo da crítica de mídia na medida em que é produzido e veiculado por uma emissora pública. Os debates estabelecidos no programa se estruturam sob pontos de vista diversos e Alberto Dines, seu apresentador, tem total liberdade para expor suas considerações.

Em dois dos programas analisados (PG1 e PG3), observamos que Dines se utiliza de VTs em boa parte do primeiro bloco para estender as reflexões além das temáticas principais,

destacando as manchetes da semana e apresentando ponderações diante de fatos socialmente relevantes a partir da produção noticiosa relacionada. Acreditamos que estas sejam as primeiras tentativas de estimular no telespectador uma visão crítica, já que não há efetiva discussão sobre os assuntos pontuados. Na segunda edição analisada, porém, constatamos que este diálogo não foi estabelecido com o telespectador na medida em que os recursos audiovisuais que lançavam estes vetores de reflexão adjacentes não foram utilizados.

Os editoriais de Dines são compostos por questionamentos irônicos e adjetivações nada característicos do discurso imparcial que rege o Jornalismo informativo, mas que fundamentam o gênero opinativo, por sua vez predominante na narrativa do OI na TV. Notamos, ainda, que a participação do apresentador nos debates acontece, principalmente, nos textos que contextualizam e introduzem a troca de opiniões entre os três convidados. Na estrutura dos debates, Alberto Dines assume a função de mediador das indagações, ainda que faça um comentário ou outro entre elas.

Talvez pudéssemos ponderar sobre o direcionamento das perguntas como forma democrática de participação de todos os entrevistados, que acabam por responder, praticamente, ao mesmo número de questões. A pluralidade proposta pela TV pública pode ser vista, então, não somente quando os três participantes expressam seus pontos de vista sem serem interrompidos por Dines (parece que o tempo não é rigidamente cronometrado), mas também através dos VTs nos quais outras opiniões são colocadas por diferentes fontes.

Ressaltamos, todavia, que o debate ocorreu de forma menos roteirizada no programa que o abordou o tema das manifestações populares, com poucas interferências do apresentador-mediador, estabelecendo típica conversação entre os convidados, principalmente os que estavam juntos no mesmo estúdio e interagiam de forma direta e com mais facilidade. É possível pensar que esta “naturalidade” tenha sido proporcionada pelo tempo maior destinado à discussão diante da ausência de recursos audiovisuais extras ou complementares à temática proposta.

Com relação à imagem construída das fontes, Alessandro Molon aparece no primeiro programa como autoridade competente para discutir o Marco Civil da Internet na medida em que é o relator do projeto, ou seja, parte efetivamente integrante de sua construção e consequente aprovação. Já Caio Túlio Costa surge como um militante questionador dos impactos sociais gerados pelo texto, ainda que se mostre favorável ao projeto em vários aspectos, e Carlos Affonso pode ser visto como um especialista ao representar o Comitê Gestor da Internet no Brasil e refletir sobre pontos técnicos da iniciativa.

Somente nas falas de Caio, entretanto, a produção jornalística é inserida e questionada como parte necessariamente integrante do contexto criado pelo Marco Civil o qual a internet foi atrelada. De forma geral, destaca-se muito mais os avanços e problemáticas tecnológicas e pouco se fala dos desafios que o Jornalismo terá de enfrentar com as mudanças. Acreditamos que isso tenha se dado pela própria abordagem do tema: neste caso, o enfoque é o texto em si, bem como os direitos e deveres estabelecidos pelo Marco para a utilização da internet (como tecnologia), sem analisá-la pelo viés de potencial produtora de notícias.

No segundo programa analisado, ao serem qualificados como especialistas pelas linhas de estudo da Filosofia e da Sociologia, Viviane Mosé e Muniz Sodré se caracterizaram como fontes capazes de analisar a conjuntura social em que as manifestações populares se inseriram. Ambos apresentaram pontos de vista concordantes entre si ao contestar os objetivos “não” defendidos, bem como o modo como elas ocorreram e as consequências que geraram. Já Bruno Torturra assumiu um discurso de protesto que, de certa forma, se contrapôs às opiniões dos outros dois convidados.

Diferente do primeiro programa, em que a crítica sobre veículos e coberturas é tangencial, neste a atuação da mídia, suas responsabilidades e possíveis falhas na cobertura dos fatos foram pontuadas com mais frequência. As considerações se constituíram, por exemplo, acerca da espetacularização e da falta de interesse pela reflexão em torno do que se informava. Além disso, questionou-se e cobrou-se a presença da crítica produzida dentro das universidades como alternativa de contestação aos conteúdos noticiosos não argumentativos. As redes sociais também foram apontadas como potencial ferramenta, ainda que nova, neste processo de conversação.

O terceiro e último programa avaliado foi o único que contou com a participação de três jornalistas: Janio de Freitas, Marcelo Beraba e Marcelo Coelho, que ali estavam como integrantes do quadro de profissionais da grande mídia e apresentaram suas opiniões sobre o papel e a influência da imprensa no desenrolar das prisões dos condenados pelo processo do Mensalão. Neste caso, assim como no segundo programa analisado, a prioridade da discussão deu-se em torno da cobertura midiática de caráter espetacular, com o apontamento de equívocos e acertos.

Vale ressaltar que ainda que os debates tenham ocorrido na esfera pública da TV, é possível observar uma predominância da participação de profissionais dos meios hegemônicos no Brasil. Diante disso, acreditamos que seja interessante que jornalistas de pequenos grupos de comunicação, inclusive os que partem de iniciativas comunitárias, e até mesmo da própria Empresa Brasil de Comunicação (EBC) também integrem o quadro de

fontes do programa de forma a estabelecer o diálogo concreto entre representantes da mídia pública e comercial, produzindo, assim, um debate plural e equilibrado.

Mesmo assim, os aspectos apontados por esta pesquisa legitimam a hipótese que levantamos sobre a narrativa opinativa e ao mesmo tempo informativa construída pelo OI na TV. Concluimos que o programa televisivo do Observatório da Imprensa mantém a proposta genuína do projeto de atuar como monitor e direcionador dos processos e produtos midiáticos, prioritariamente jornalísticos, ao assumir um discurso analítico-interpretativo e crítico-reflexivo que cobra dos meios de comunicação atenção aos compromissos deontológicos necessários para um conteúdo de qualidade e o faz operar como efetivo instrumento de interação entre mídia e sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso; LADEIRA, João Damasceno Martins; SILVA, Marco Antonio Roxo da. *Media criticism à brasileira*; o Observatório da Imprensa. Anais do X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília: Compós, 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença Editorial, 1978.
- ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.
- AZEVEDO, Nisia Rizzo de. *Modelos de mídia e de leitor para o Observatório da Imprensa*. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba: PUC, 2012.
- BELTRÃO, Luís. Texto digitado do *Curso de Formação da Opinião Pública* ministrado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora: 1964.
- BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia*; dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- BUENO, Silveira. *Silveira Bueno*; minidicionário da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.
- DINES, Alberto. In Observatório da Imprensa na TV, 08/04/14. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/view/marco_civil_da_internet. Acesso em 05/05/14.
- _____. In _____, 12/03/14. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/view/a_midia_nas_manifestacoes. Acesso em 06/05/14.
- _____. In _____, 27/11/13. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/view/a_midia_e_o_mensalao. Acesso em 07/05/14.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- GARCIA, Adriana Domingues. *Mutações impostas à permanência do Observatório da Imprensa*. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife: Intercom, 2011.
- LIMA, Venício Artur de; LOPES, Cristiano Aguiar. *Rádios Comunitárias*; Coronelismo Eletrônico de Novo Tipo (1999-2004). Observatório de Imprensa: 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-coronelismo-eletronico-de-novo-tipo-19992004>. Acesso em 03/06/14.

MACHADO, Margueth Ribeiro. *Ombudsman*; manifestando, reconhecendo e corrigindo. Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos: Intercom, 2007.

MELO, José Marques de. *Televisão Brasileira*; 60 anos de ousadia, astúcia e reinvenção. São Paulo: Cátedra/UNESCO/UMESP/Memorial da América Latina, 2010.

_____. *Jornalismo opinativo*; gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PEIXOTO, Joseval. In SBT Brasil, 08/05/13. Disponível em: <http://www.sbt.com.br/jornalismo/noticias/31870/SBT-Brasil-07-de-maio-integra.html#.U5MmCfldVNM>. Acesso em 08/05/13.

_____. In _____, 06/02/14. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=KO8S1ZJCJec. Acesso em 09/06/14.

QUEIROZ, Caio Cardoso de.; TRECE, Rebeca; COUTINHO, Iluska. *Observatório da Imprensa*; lugar de ler e ver notícias por dentro. In: COUTINHO, Iluska (Org.). *A informação na TV pública*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 225-240.

REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil*; um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

SHEHERAZADE, Rachel. In SBT Brasil, 04/02/14. Disponível em: <http://www.sbt.com.br/sbtvideos/media/78cf99c94c944d84b854f6b925d908a1/Rachel-fala-sobre-o-adolescente-vitima-de-justiceiros-no-Rio.html>. Acesso em 07/06/14.

_____. In _____, 06/02/14. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=KO8S1ZJCJec. Acesso em 09/06/14.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. *Para pensar a crítica de mídias*. In: Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 820-839, set./dez. 2013.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. *A construção do real no telejornalismo*; do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo (Org.). *A sociedade do Telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 11-28.